

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO-CAMPUS CONFRESA: ENTRE O PEDAGÓGICO E O
SOCIAL**

BARBARA ALINE ALMEIDA FARIA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO-CAMPUS CONFRESA: ENTRE O PEDAGÓGICO E O
SOCIAL**

BARBARA ALINE ALMEIDA FARIA

Sob a Orientação do Professor
Prof. Dr. Flávio Anício Andrade

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Ciências, no Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, Área de Concentração
em Educação Agrícola.

Cuiabá, MT
Setembro, 2013

371.422

F224p

T

Faria, Barbara Aline Almeida, 1983-

A Política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Confresa: entre o pedagógico e o social / Barbara Aline Almeida Faria. - 2013.

58 f.: il.

Orientador: Flávio Anício Andrade.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2013.

Bibliografia: f. 51.

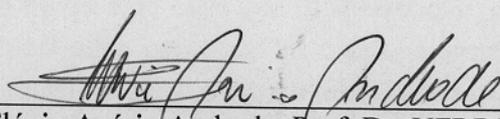
1. Serviço social escolar - Teses. 2. Estudantes - Política social - Mato Grosso - Teses. 3. Ensino técnico - Política social - Mato Grosso - Teses. I. Andrade, Flávio Anício, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

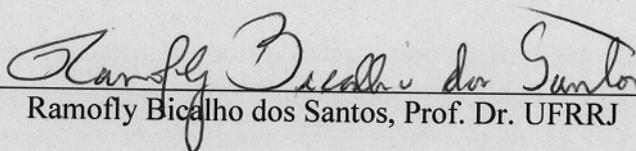
BARBARA ALINE ALMEIDA FARIA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

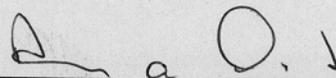
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/09/2012.



Flávio Anício Andrade, Prof. Dr. UFRRJ



Ramofly Bicalho dos Santos, Prof. Dr. UFRRJ



Álvaro de Oliveira Senra, Prof. Dr. CEFET-RJ

Barbara Aline Almeida Faria
Técnica Administrativa de nível superior – Assistente Social, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Confresa, Formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso, Especialização em Gestão Pública pelo Instituto Guianano de Educação, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: barbaraalmeidaafaria@gmail.com

Barbara Aline Almeida Faria

Técnica Administrativa de nível superior – Assistente Social, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Confresa. Formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Gestão Pública pelo Instituto Cuiabano de Educação. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: barbaraalinealmeidafaria@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois, creio num ser supremo, que nos mantém firmes para conseguirmos desenvolver nossa missão, dando o livre direito de escolha a nós. À minha querida mãe dona Marcela Jesus de Almeida, companheira, que com seu jeito carinhoso sabe me confortar nos momentos em que mais preciso, mesmo longe sabe se manter perto, uma mulher guerreira que sozinha, com o trabalho de diarista, conseguiu pagar um curso de cabeleireira e formou três filhos, entre elas eu que sou a mais velha, que estou concluindo o mestrado, minha irmã do meio que está concluindo o doutorado e meu irmão mais novo, que é servidor público, também, e está concluindo sua graduação em Gestão pública, minha mãe é meu melhor exemplo de vida, e nunca deixou que eu desistisse de nada na vida, a quem agradeço sempre por tudo.

A minha querida amiga, confidente, também companheira de estudos minha irmã Débora Almeida Faria, a geóloga da minha vida, que com sua dedicação ao trabalho e estudo, me mostrou que quando a gente quer e acredita sempre conseguimos. Nos momentos tristes que passei nos últimos anos sempre arrumava um jeito para me consolar, mesmo estando isolada no meio do nada por conta do trabalho.

Ao meu irmão Marcos Almeida de Faria, o “Nerd” da casa, praticamente um autodidata, que até hoje busca algo com que se identifique, e um apaixonado pela área de exatas. Um grande incentivador para que eu e minha irmã nos formássemos e quando apareceram às oportunidades de darmos continuidade aos estudos foi o primeiro a acreditar em nós, hoje também um colega de trabalho, que durante anos foi o homem da casa, apesar de ser mais novo, sempre cuidou das irmãs com muito amor.

Ao meu pai Antonio Irineu de Faria, cabo aposentado da Polícia Militar de Mato Grosso, que me ensinou que nunca é tarde para recomeçar, e que se afastar às vezes é a melhor maneira para se reaproximar. Que ficar calado às vezes é a melhor forma de demonstrar carinho.

Aos poucos, porém, verdadeiros amigos que nos momentos difíceis que atravessei nos últimos anos sempre estiveram ao meu lado, cada um com um jeito de especial de ser, que não deixaram que eu me esquecesse de quem sou, a vocês meus amigos meu muito obrigada: Olga de Faria e Claudio Monarin. Em especial para aquele amigo que passou os últimos dois anos me agüentando, ouvindo meus choros e alugando seu ouvido, emprestando o ombro que por várias vezes eu usei e abusei, e me fez ver que sempre iremos incomodar com o nosso brilho, aqueles que não são capazes de brilhar, meu conselheiro amoroso, chefinho e amigo Willian Silva de Paula.

Aos queridos colegas de mestrado, professores e professoras da UFRRJ e principalmente ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Anício, que não desistiu de mim mesmo

depois de vários desencontros. E claro aos meus colegas de trabalho do campus Confresa. Foram momentos de desafios e grandes conquistas, que me ensinaram uma nova maneira de viver a vida e acreditar na minha capacidade de me reinventar, e descobrir que tudo que passamos na vida tem um significado, aprendi muito mais com meus erros.

RESUMO

FARIA, Barbara Aline Almeida. A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-Campus Confresa: entre o Pedagógico e o Social. 2013. 57 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

Este trabalho visa estudar a Política de Assistência Estudantil, analisando os aspectos positivos, ou negativos e os seus impactos no IFMT Campus Confresa. Compreender quais as dificuldades de não ter uma política de assistência estudantil definida, e porque não há uma descentralização na elaboração desta, ou seja, porque os campi não podem construir sua política, uma vez que, nós sabemos das nossas necessidades. Os entraves burocráticos de se desenvolver a política para quem necessita dela, neste caso nossos alunos. Apresentando a realidade histórica da região do baixo Araguaia, uma região antagônica, de brigas entre fazendeiros e posseiros, indígenas, e com grande participação nacional por meio de representações sociais. Busco também trazer neste trabalho a participação do profissional em serviço social na busca pela garantia de direitos, sua contribuição na elaboração das políticas sociais e desmistificando sua atuação profissional numa instituição de ensino. O assistente social há anos vem buscando seu espaço nesta área e nas últimas décadas vem garantindo seu espaço, porém, muitos ainda têm dúvidas sobre suas atribuições. O assistente social trabalha com políticas públicas e não com assistencialismo.

Palavras-chave: Política Social, Assistência Estudantil, Serviço Social e direitos sociais.

ABSTRACT

FARIA, Barbara Aline Almeida. A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-Campus Confresa: entre o Pedagógico e o Social. 2013. 57 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, seropédica, RJ. 2013.

This work aims to study the Student Assistance Policy, analyzing the positive or negative and their impacts on Campus IFMT Confresa. Understand some of the difficulties of not having a policy to assist student defined, and because there is decentralization in the preparation of this, namely because the campuses can not build your policy, since we know our needs. Bureaucratic obstacles to develop policy for those who need it, in this case our students. Introducing the historical reality of the Lower Araguaia, a region antagonistic fights between farmers and squatters, indigenous, and with great national participation through social representations. Also seek to bring this work to the professional participation in social work in pursuit of guaranteed rights, their contribution in the development of social policies and demystifying their professional performance in an educational institution. The social worker for years been seeking their space in this area and in recent decades has guaranteed its place, but many still have doubts about their assignments. The social worker works with public policy and not welfare.

Keywords: Social Policy, Student Assistance, Social Services and social rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Atendimento no P.A. Jacaré Valente, Confresa/MT em 2008.

Figura 2 – Estado de Mato Grosso com a região do Baixo Araguaia em destaque

Figura 3 – Foto com Dom Pedro Casaldáliga

Figura 4 – Visita domiciliar no P.A. Dona Marta em Confresa/MT.

Figura 5 – Escolaridade dos pais

Tabela 1 – Municípios que formam o território do Baixo Araguaia

Tabela 2 – Produtos do Kit escolar

Tabela 3 – alojamentos feminino e masculino

Tabela 4 – Faixa etária dos alunos

Tabela 5 – Município de origem dos alunos

Gráfico 1 – Identificação de origem urbana ou rural

Gráfico 2 – Curso escolhido pelos alunos

SIGLAS

CAE -	Coordenação de Assistência ao Educando
CAPS -	Centro de Atendimento Psicossocial
CFESS -	Conselho Federal de Serviço Social
CNPQ -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREAS -	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DAE -	Departamento de Assistência Estudantil
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
IFMT -	Instituto Federal de Mato Grosso
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS -	Lei Orgânica de Assistência Social
PDI -	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PRONERA -	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UFG -	Universidade Federal de Goiás
UFMT -	Universidade Federal de Mato Grosso
UFT -	Universidade Federal do Tocantins
Unemat -	Universidade Estadual de Mato Grosso

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	12
INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO - REGIÃO BAIXO ARAGUAIA	15
1.1 CONTEXTUALIZANDO: O IFMT CAMPUS CONFRESA NA REGIÃO DO BAIXO ARAGUAIA OU NORTE ARAGUAIA	15
1.2 O PRIMEIRO BRAÇO DO IFMT NA REGIÃO DO BAIXO ARAGUAIA.....	19
1.3 LIDERANÇA POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA REGIÃO DE LUTAS SOCIAIS.	20
1.4 OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS.....	23
2 CAPÍTULO – DESVELANDO O SERVIÇO SOCIAL.....	26
2.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS ..	26
2.2 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL	28
2.3 O PRIMEIRO CONTATO COM O OBJETO DE ESTUDO	30
2.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL OU ASSISTENCIALISMO ESTUDANTIL EM AÇÕES COTIDIANAS?.....	31
3 CAPÍTULO - UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMT CAMPUS CONFRESA.....	33
3.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	33
3.2 AS AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO CAMPUS CONFRESA	34
3.3 PORQUE UMA POLÍTICA SOCIAL?	37
3.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS	38
3.5 INFLUÊNCIA TEÓRICA	40
4 CAPÍTULO - ANÁLISE DE DADOS SÓCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS DO REGIME DE INTERNATO DO CAMPUS CONFRESA	41
4.1 CONHECENDO O OBJETO DE PESQUISA.....	41
4.2 A CONSTRUÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO ALOJAMENTO DO IFMT CAMPUS CONFRESA	46

ANEXO 01	52
ANEXO 02	54
ANEXO 03	56

INTRODUÇÃO

Nestas últimas décadas, houve um significativo aumento na garantia de direitos e inclusão social. Prova é o aumento da escolaridade da população brasileira, por meio da inclusão social nas escolas. Onde a classe trabalhadora começa a ter um reconhecimento pelo Estado, porém, ao mesmo tempo as instituições de ensino passam a ser as responsáveis por disseminar essa recongnição. Pois, através da educação o ser humano eleva seu conhecimento crítico e capacidade de raciocinar buscando cada vez mais seu reconhecimento enquanto cidadão.

Os Institutos Federais passam por um momento impar na sociedade, com a missão de elevar a qualificação profissional e pessoal no interior do país. Porém, sabemos bem das dificuldades encontradas em disseminar essa política, garantindo uma isonomia a todos que dependem dela.

Este trabalho tem a incumbência de demonstrar à falta das políticas sociais numa região longe geograficamente dos grandes centros, porém, que deve ter acesso à mesma educação que os estudantes de outros campi. E a escola tem a difícil tarefa de garantir este direito.

O primeiro capítulo vem contextualizar um pouco a história da região. Uma região de lutas pela terra e por quem vive dela. Uma região de assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária, que cedeu as terras sem nenhum preparo para aquela população e agora busca corrigir seus erros. Proporcionando a qualificação destas pessoas principalmente ao tratar a terra.

No segundo capítulo procuro resgatar uma parte da história do serviço social no campo da educação. Sua história até o presente cenário de atuação profissional no campus Confresa, que depois de lutas por um reconhecimento, vem sofrendo um retrocesso por parte dos colegas da instituição de ensino, por não entenderem o real sentido do assistente social ali no campus. Este profissional não está ali para trabalhar com aqueles que sofrem um desajuste social, e sim com pessoas que precisam de garantias de direito, trabalhando com políticas públicas, participando ativamente na elaboração e manutenção da política de assistência estudantil.

O terceiro capítulo vem mostrando a importância de se fomentar sobre assistência estudantil, principalmente nos campi do interior, as dificuldades que enfrentamos quando alguém elabora uma política fora do nosso contexto social e a importância de estarmos sempre pesquisando sobre a temática família, política pública e garantia de direitos.

O quarto e último capítulo vem apresentar quem foi nosso objeto de pesquisa e sua realidade, construir um perfil socioeconômico dos alunos e suas famílias, e mostrar a necessidade de desenvolver uma política de assistência estudantil com urgência para este campus, uma vez que, suas especificidades são bem claras.

Nas considerações finais a última parte deste trabalho, busco explicar o que foi realizar este trabalho, relatar um pouco do que foi essa minha experiência profissional e alguns pontos que me fizeram escolher este tema, buscando atender o objetivo de se fazer essa produção num curso mestrado em Educação Agrícola.

1 CAPÍTULO - REGIÃO BAIXO ARAGUAIA

1.1 CONTEXTUALIZANDO: O IFMT CAMPUS CONFRESA NA REGIÃO DO BAIXO ARAGUAIA OU NORTE ARAGUAIA

O Instituto Federal de Mato Grosso IFMT Nasceu, mediante a lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 com a integração da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e os Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá. O IFMT é formado atualmente por dez campi dentre eles o Campus Confresa.

Funcionando desde 28 de abril de 2010, o campus Confresa localizado na cidade de Confresa - Mato Grosso proporciona formação científica e tecnológica de forma humanística às pessoas de toda região popularmente denominada Norte Araguaia. Por este motivo os seus projetos político-pedagógicos destacam atenção especial aos assentados da reforma agrária.

A busca pela qualificação do trabalho fez crescer o processo de expansão/universalização da educação técnica e tecnológica no país. Com isso, regiões mais afastadas dos grandes centros, foram beneficiadas com a interiorização dos campi dos Institutos Federais. Ao se transformar no Instituto Federal de Mato Grosso em 2008, a autarquia tinha apenas seis campi, sendo criados mais quatro no ano de 2010, entre eles o Campus Confresa.

Atualmente o Campus Confresa oferece três cursos de nível Superior, dois cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio além de eventuais pós-graduações com foco na educação continuada de professores. São cursos gratuitos e de alta qualidade já que seu quadro de docente é composto em sua maioria por mestres, doutorandos e doutores que tem dedicação exclusiva ao IFMT. Para Ingresso nesta instituição, acontece processo seletivo uma vez ao ano.

Os cursos de nível superior são os seguintes: Licenciatura em Ciências da natureza com habilitação em Química; Licenciatura em Ciências Agrárias e Bacharelado em Agronomia. Os cursos de nível média são Técnico em Agropecuária e Técnico em Alimentos.

Este Campus foi uma instituição de ensino muito sonhada pelos habitantes da região. Desde o início dos anos 70, os primeiros desbravadores desta área de Cerrado vislumbraram oferecer aos seus filhos aquilo que a maioria esmagadora não recebeu: ensino de qualidade.

Segundo moradores, era bastante comum até bem pouco tempo, que pais que gozavam de uma condição financeira melhor, mandassem seus filhos para estudarem em Goiânia/GO, Barra do Garças/MT, Palmas/TO ou outras cidades pólos regionais. Entretanto, durante várias décadas permaneceu a falta de acesso ao ensino pelos mais carentes.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável¹ de 2006 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estudos realizados na época, apontavam a região do Baixo Araguaia como sendo uma região carente de desenvolvimento, com altos índices de analfabetismo, que sofria com a exclusão social e um fluxo migratório muito extenso.

Em 2008, conheci a região do Baixo Araguaia por meio do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural do INCRA, que contratou o Instituto CREATIO que é uma OSCIP e a EMPAER, ambas empresas prestavam assessoria agrícola. Estas empresas executavam

¹ http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio019.pdf

serviços para o INCRA que, em cinco anos daria a emancipação para os assentamentos oriundos da reforma agrária da região, sendo necessária a preparação daqueles assentados, trabalhadores rurais, para seguir sua vida, de posse da escritura das terras.

Para a realização do trabalho foram contratados: assistentes sociais, agrônomos, zootecnistas, engenheiros florestais, médicos veterinários, gestores de agronegócios e técnicos em agropecuária. Todos desenvolveriam assessoria na parte social e rural, na região. Fomos contratados de várias partes do país, foi onde tive também meu primeiro contato com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, já que a maioria dos contratados da área agrícola eram egressos desta universidade. Foi uma paixão à “primeira vista”, pelas histórias que fui ouvindo sobre a universidade, pelas fotos que mostravam e pela realização do sonho de cada colega.

Na primeira semana houve um treinamento com os profissionais, a partir da segunda semana tivemos os primeiros contatos com os assentados, onde nos dividimos em equipes e começamos a conhecer a região do baixo Araguaia, conversando primeiramente com a liderança de cada assentamento, para depois nos reunirmos com os assentados e conhecer quais eram as suas maiores demandas. Foi durante estas reuniões com a comunidade que pude perceber o descontentamento das pessoas com o INCRA e a certeza que eles tinham que o projeto não iria para frente.

Lembro-me muito bem de um senhorzinho, que chegou numa motocicleta com um carrinho engatado à mesma, transportando um bode. Este senhor chegou sentou-se próximo e ouviu tudo que tínhamos para falar, deixou os companheiros falarem e já ao final da reunião pediu a fala... “os senhores me desculpa, mais quando se trata do INCRA a gente não acredita em mais nada, eles sempre mandam alguém pra vir aqui dizer que vai fazer algo por nós mais é só enrolação, e não vem dizer que eu estou ficando descrente que eu tenho tudo gravada e convido os senhores pra ir na minha casa e enquanto os senhores falavam já avisei a mulher pra aumentar o caldo do feijão que hoje vocês vão almoçar comigo e durante o almoço vou mostrar tudo pra vocês pra não terem mais dúvida do que eu falo”... Este fato me marcou muito, foi a minha primeira reunião com os assentados, na verdade a primeira da minha vida.

Chegando às terras deste senhor, sua esposa já nos aguardava e já foi nos convidando para entrar e almoçar, logo na entrada já fui observando uma foto daquele senhor na estante da sala, onde ele está ao lado da ex-ministra Marina Silva. Ele foi entrando em um quarto e de lá saiu com uma caixa cheia de fitas k7, e com um gravador, e já foi logo dizendo... Eu posso não ter estudado, mais burro eu não sou, um índio amigo meu uma vez me falou, quando um homem branco falar, grave, grave tudo porque eles têm memória pequena, vem aqui falam as coisas pra gente e se esquecem, então desse dia em diante eu sempre gravei tudo, e um dia teve aqui na região, naquele mesmo lugar que vocês estavam, um político pedindo voto, veio uma vez falou um monte de coisa e sumiu, veio aqui de novo com o mesmo discurso, mais eu estava preparado, peguei o gravador e a fita da última vez que ele esteve aqui e fui logo mostrando pra ele e dizendo que se ele esqueceu das promessas que nos fez, eu estava lembrando a ele.

Passamos a tarde toda com este senhor, eu e mais três agrônomos um deles hoje meu colega também do IFMT, e ex-aluno da UFRRJ. Saímos de lá com muito mais conhecimento do que entramos com a história de vida e de militância deste senhor, que por falha da minha memória, não consigo mais recordar seu nome, porém, não me esqueço de nenhuma palavra que ele disse naquela tarde, no P.A. Jacaré Valente.

Até esta reunião, o contato que tinha com os moradores da região era mínimo, e me encantei com as descobertas que fazia, e do amor à terra que eles demonstravam ter.

Esperava passar um pouco do meu conhecimento como assistente social, mais fui eu que aprendi a maioria dos programas sociais voltados para agricultores familiares. Conheci um grupo de mulheres farinheiras que queriam montar uma cooperativa e para isso precisavam da nossa assistência, principalmente nas questões burocráticas.

E a cada descoberta que fazia crescia meu fascínio com a cultura local, uma região que concentrava em si pontos antagônicos, pois, as pessoas tinham toda a informação necessária para seu desenvolvimento, porém, não tinham o apoio necessário do Estado para sua transformação.

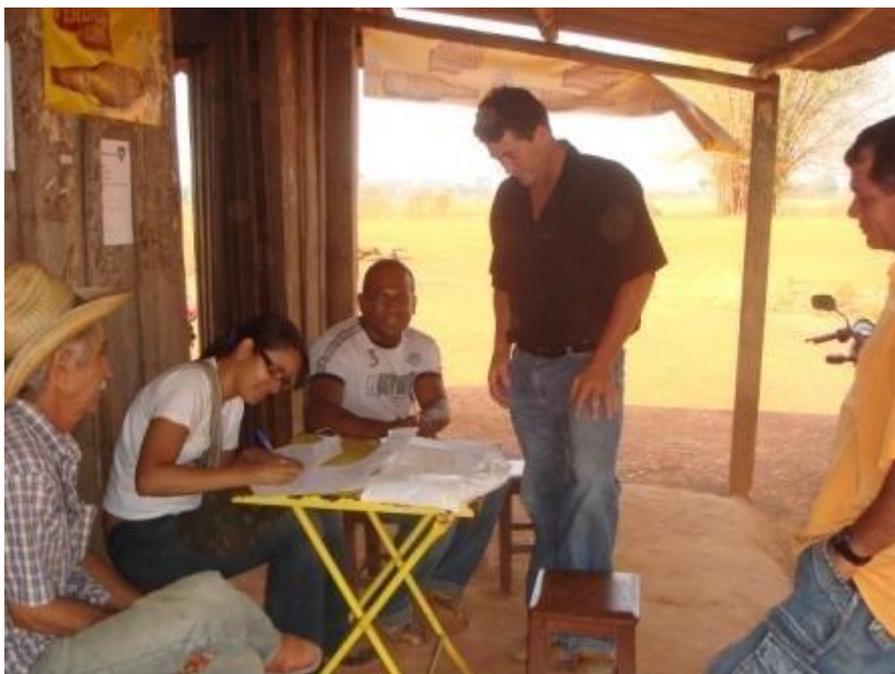


Figura 1- Atendimento no P.A. Jacaré Valente, Confresa/MT em 2008.

Em 2008 não haviam muitas estradas asfaltadas como tem agora, e o acesso à internet e telefone eram limitados, até a agência do Banco do Brasil era recém-inaugurada no município de Confresa, facilitando o acesso dos moradores da região que antes precisavam se deslocar até Vila Rica/MT para realizarem suas atividades bancárias, alguns estavam regularizando o PROCERA/PRONAF, pois, não tinham como ir até outro município para realizar o pagamento.

Porém, como disse aquele senhorzinho que nos convidou para almoçar e que não acreditava mais no INCRA, o projeto não prosperou e ficamos apenas 45 (quarenta e cinco) dias na região, tempo suficiente para querer retornar em 2010, quando assumi o cargo no Campus Confresa.



Figura 2 Estado do Mato Grosso com a região do Baixo Araguaia destacado

De acordo com dados do IBGE a região tem sua economia voltada para aspectos da produção agropecuária e agricultura familiar, onde se concentram projetos de assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O campus Confresa foi criado na 3ª fase do plano governamental de expansão da rede de ensino técnico. Segundo este plano, apenas cidades com mais de 50 mil habitantes receberiam campus. Entretanto, a cidade de Confresa tinha o maior número de famílias assentadas pela reforma agrária, por tal motivo deveria ser dispensada à referida cidade atenção especial. Articulações políticas permitiram então, uma flexibilização na proposta inicial para que Confresa pudesse ter seu campus do IFMT.

No ano de 2009 foram feitas audiências públicas para escolha dos cursos do *Campus* Confresa, que contaram com a participação direta de populares e de comunidades representadas por sindicatos, igrejas, associações e empresas, dentre outras. Atualmente a escola conta com aproximadamente 600 alunos e ainda tem muito que solidificar, considerada a mais expressiva representante do ensino na região.

Neste contexto, para corroborar com o desenvolvimento da região, o IFMT Campus Confresa localizado no município de Confresa, vem atendendo toda a região do “Baixo Araguaia²”, uma zona de conflitos, entre posseiros, fazendeiros e indígenas, que corresponde a 15 municípios:

² Baixo Araguaia – é a denominação geográfica como a região é conhecida; os moradores da região busca há algum tempo mudarem este nome, pois, acreditam que isso desvaloriza a região.

Tabela 1 - Municípios que formam o território do Baixo Araguaia

Município	Ano de Criação	Distância para Cuiabá (Km)
Alto Boa Vista	1993	1.063,50
Bom Jesus do Araguaia	1999	1.027,90
Canabrava do Norte	1993	1.132,50
Confresa	1993	1.165,50
Luciara	1963	1.166,50
Novo Santo Antônio	1999	1.118,00
Porto Alegre do Norte	1986	1.127,50
Querência	1993	912,70
Ribeirão Cascalheira	1989	877,60
Santa Cruz do Xingu	1999	1.021,00
Santa Terezinha	1980	1.313,50
São Félix do Araguaia	1976	1.143,00
São José do Xingu	1993	1.158,00
Serra Nova Dourada	1999	1.046,00
Vila Rica	1986	1.260,50
Distância Média		1.106,20

Fonte: SEPLAN –MT, 2005. **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

De acordo com a tabela acima, o IFMT Campus Confresa tem a responsabilidade social de abranger todos estes municípios, pois além de sua missão, que é ofertar educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade, a instituição estabelece seu ideal principal também como a produção e disseminação do conhecimento.

Sua função social, como escola pública, alarga-se na medida em que atualmente exige-se das pessoas a continuidade da formação ao longo da vida, o que implica no desenvolvimento de competências geradoras da capacidade de percepção e expressão na qual o cidadão/profissional precisa estar não só atualizado em sua área específica como também em relação ao que está acontecendo em seu entorno. Essa concepção de educação inclusiva pressupõe o comportamento crítico e criativo, audacioso desencadeador de ações voltadas à solução de impasses e problemas do cotidiano. (PDI, p.21, 2009)

O papel social que o IFMT desenvolve na sociedade não é apenas a de qualificação da mão-de-obra. Ele vem fomentar discussões sobre o papel social de cada um em seu meio, fazendo com que busquemos cada vez mais estarmos inseridos num contexto social.

A Rede Federal de Ensino em sua origem visa atender os segmentos agrário, industrial e tecnológico, propiciando desta forma que as necessidades culturais, sociais e dos arranjos produtivos da região em que o Instituto está inserido envolvam os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável para promover a cultura do empreendedorismo e associativismo e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

1.2 O PRIMEIRO BRAÇO DO IFMT NA REGIÃO DO BAIXO ARAGUAIA

O PRONERA nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. Que afirma o compromisso com a educação como meio para viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza nas áreas de reforma agrária.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo, que foi instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010, desenvolvida nas áreas de reforma agrária e assumida pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as dimensões: econômica, social, política, cultural e ética.

Tinha como objetivo desenvolver projetos educacionais de caráter formal, executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra. Sendo executado pelo Incra Sede e suas respectivas superintendências regionais.

Os princípios do Pronera baseiam-se na relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial sustentável como condição essencial para qualificação do modo de vida da população envolvida nos projetos.

Uma das instituições de ensino que se comprometeu em proporcionar o que o PRONERA tinha como objetivo foi o IFMT Campus São Vicente, firmando um acordo técnico com o INCRA, ofertando para a região um curso técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente, ou seja, para alunos que já terminaram o nível médio. Este curso visou atender a comunidade que vivia nos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou seja, assentados que sobreviviam da agricultura familiar.

O curso subsequente de técnico em agropecuária iniciou suas atividades em maio de 2008, com quarenta alunos, de forma que em maio de 2010, trinta alunos receberam a outorga de grau, que faziam parte da turma especial que o Campus São Vicente idealizou para atender a alunos oriundos de Projetos de Assentamento da reforma agrária quando ainda não existia o Campus Confresa. Estes alunos eram habitantes de dez assentamentos diferentes na região Baixo Araguaia e vinham à cidade de Confresa para cada um dos módulos do curso.

Para que o curso conseguisse ser concluído o apoio tanto financeiro como de logística vieram das prefeituras e dos pequenos produtores da região que tiveram as propriedades utilizadas como laboratório de ensino e produção. Apesar de ser uma política pública, a princípio pensada pelo INCRA, na região logo nos primeiros meses os recursos destinados para desenvolver o projeto não chegaram, e correu-se o risco de cancelamento do o projeto na região, porém, a partir da luta da comunidade e de alguns professores, que buscaram novos recursos para manter o projeto ele foi desenvolvido, quase sem nenhum recurso do INCRA.

O objetivo do PRONERA era capacitar representantes da comunidade e esperava-se que este ao retornar dos encontros que aconteciam de 15 em 15 dias, repassasse para os demais as técnicas apreendidas a cada encontro. Estes alunos deixavam suas terras em busca de melhorias, e como naquela época o campus Confresa ainda em fase de construção, estes alunos, muitos pais e mães arrimo de famílias, dormiam todos num barracão da igreja católica, um lugar onde pude conhecer, um ambiente quente e sem a menor segurança, porém, possuíam uma força de vontade enorme para se tornarem técnicos em agropecuária, podendo assim transformar a sua realidade.

1.3 LIDERANÇA POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA REGIÃO DE LUTAS SOCIAIS.

O Baixo Araguaia sempre foi marcado por movimentos sociais, a princípio por ser uma região de aldeias indígenas, sendo que, estes indígenas foram cruelmente retirados de suas

terras para dar espaço ao não índio, posseiros e latifundiários, entre eles alguns estrangeiros que foram incentivados pelo governo federal a virem para a região, isso na década de 1980, que “deu” terras que a princípio não tinham donos, sem levar em consideração os que já viviam na região.

Além desse fato, a região também serviu para desenvolver projetos de assentamento agrário para o governo federal, provocando a migração de muitas famílias de diversas partes do país. Com toda essa movimentação, esse local passou a ter um significado político, levando a população que a ocupou, a se organizar politicamente em busca de melhorias, e até mesmo para lutar por sua sobrevivência, pois os conflitos eram diários.

Um grande representante dos direitos sociais é “Dom Pedro Casaldáliga”, bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia/MT, um dos maiores idealizadores do campus do IFMT na região. De acordo com pessoas próximas a ele, dizem que Dom Pedro chegou a ligar para o então presidente da república, na época, Luiz Inácio “Lula” da Silva, solicitando a implantação deste campus. É conhecido mundialmente por sua rica literatura sobre os relatos dos trabalhadores rurais, e suas lutas sociais, abaixo cito um pequeno trecho de uma de suas cartas:

“Venho acompanhando a dramática vida dos Indígenas, dos posseiros (lavradores sem título de terra) e dos peões (trabalhadores braçais do latifúndio). Toda a população em geral, dentro da Prelazia, tem sido forçada a viver precariamente, sem serviços adequados de educação, saúde, transporte, moradia, segurança jurídica e, sobretudo, sem terra garantida para trabalhar.”(Dom Pedro Casaldáliga)³

Esse trecho representa a realidade da região, no qual Dom Pedro sempre realizou um grande trabalho social, visando promover assistência aos mais necessitados, e não assistencialismo, prática comum entre os políticos da região. Outro fato importante, é que mesmo sendo um religioso, ele não leva seu trabalho apenas no sentido de “evangelizar”. Mesmo aposentado⁴ Dom Pedro nunca deixou de lutar por seus ideais, criou muitos admiradores e grandes inimigos políticos.

No começo das atividades acadêmicas do campus Confresa em 2010, um grupo de alunos logo se destacou entre os alunos internos (feminino e masculino), por estarem sempre prontos a ajudar, organizando os alojamentos, e naquele momento de recepção, eles se apresentavam como “filhos” de Dom Pedro, ou seja, que foram criados pela prelazia de São Félix do Araguaia. Assim, comecei a pesquisar quais eram as atividades deles, que vão desde ajudar ao próximo, como aulas de teatros, participação em movimentos sociais, entre outros.

³ Excerto da Carta ao Papa João Paulo II, 1986.

⁴ Em visita a Dom Pedro no dia 17/02/2012 em São Félix do Araguaia/MT, ao perguntar quais seriam os projetos dele, Dom Pedro brincou que estava aposentado, que não estava mais na “ativa”, por isso não estava mais fazendo projetos e participando dos movimentos sociais, mais que seu celular nunca para e se aparecer algo para ele fazer que com certeza não deixaria de atender aqueles que necessitam de sua ajuda.



Figura 3 Foto com Dom Pedro Casaldáliga.

E ao pensar em Assistência Estudantil para este campus, devemos levar em consideração todo o contexto histórico da região. É ter a percepção da realidade vivida por nossos alunos, ou seja, quais os valores que eles trazem consigo, de acordo com Brandão (2007) pgs. 10 e 11:

“A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar - às vezes a ocultar, às vezes a inculcar - de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem”.

Enquanto educadores devemos respeitar a realidade destes alunos, tentando evitar assim um conflito de ideias, valores, pois, sabemos que o que há é uma troca de saberes. Sabemos que a educação é transformadora, porém, de que forma essa transformação deve ser feita nesta sociedade.

Devemos lembrar que a maioria dos servidores do IFMT Campus Confresa, são migrantes, vem de uma realidade diferente da região Araguaia, onde me encaixo, pois, trabalhar com assistência estudantil, nos grandes centros não é tão complicado como trabalhar num lugar onde se tem apenas o básico, seja na, educação, lazer ente outros, e quando temos renda para gastar, a região não nos fornece opções para desenvolvermos esta inclusão cultural/social.

É conhecendo a realidade à nossa volta, que buscamos alternativas para superação, nos adaptando, porém, não significa deixar de pensar em mostrar uma outra realidade aos nossos alunos, que vamos buscando alternativas para que os alunos do campus Confresa

tenham a mesma oportunidade que os alunos dos campi dos grandes centros. Afinal a rede de educação técnica e tecnológica, deve ser igual para todos, independente de onde ela está instalada.

Entendo que garantir que esse aluno de interior participe de projetos, viagens escolares e todas as atividades que a rede de ensino desenvolve e, além disso, ou principalmente, que ele tenha acesso a outras culturas diferentes da sua da mesma maneira que estudantes de grandes centros urbanos, como é de direito seu, constitui-se um dos pontos mais complicados no que se refere à inserção das políticas de assistência estudantil.

Isso assegura a isonomia inter-campi entre dos nossos alunos, proporcionando a inclusão destes que se encontram afastados geograficamente de grandes centros culturais, como: cinema, teatro, shopping centers e até algo mais simples como praças públicas. Algo que para aqueles que moram nas capitais parece simples não o é para os alunos do campus Confresa, que há bem pouco tempo entraram em contato com essa realidade ao participarem de congressos representando nossa escola.

1.4 OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS

O serviço social a partir dos anos de 1980 passou a analisar com maior profundidade a temática “política social”, que no Brasil está associada às condições vivenciadas pelo país a nível econômico, político e social, acarretando impacto direto na sociedade.

Levando em conta estes três fatores mencionados acima, e analisando o impacto do campus na sociedade de Confresa, busco atender de forma igualitária, e clara, de acordo com a necessidade dos usuários da referida região, e com foco em proporcionar a permanência dos alunos no campus, fui realizando os atendimentos onde houvesse espaço e necessidade do atendimento (sob árvores, nos corredores do campus, entre outros).

Os primeiros alunos a chegarem ao campus Confresa, foram os que ficariam em regime de internato, uma vez que, as aulas iniciavam em uma terça-feira (28/04/2010). No domingo (26/04/2010) à tarde chegaram três alunos, que ficaram hospedados em casa de servidores, até que os alojamentos ficaram prontos para recebê-los. Ainda não tínhamos energia elétrica no campus, as atividades administrativas estavam sendo executadas numa sala cedida pela prefeitura Municipal de Confresa, assim como, a internet e telefone.

Estes três alunos eram da zona rural do município de São Félix do Araguaia, disseram que vieram antes por causa do transporte, que só vinha para Confresa no domingo pela manhã, ou então chegariam quarta-feira, quando as aulas já teriam iniciado e eles não queriam correr o risco de perder o direito à Bolsa Alojamento. A questão do transporte é muito grave na região, os ônibus não ofertam linhas regulares e diárias para os municípios próximos, e estão sucateados.

Na segunda-feira (27/04/2010) fui procurada por um professor de Zootecnia para atender um aluno, A.F.S. de 15 anos, que havia chegado ao alojamento apenas com uma bolsa contendo algumas roupas, não havia trazido nenhum item do enxoval que solicitamos que é: roupa de cama, colchão, ventilador, talheres, prato de plástico e copo. Ao atender o aluno logo notei que suas mãos eram bem calejadas e perguntei o que ele fazia quando nas horas vagas em casa, logo ele me respondeu que ajudava seu pai a “roçar juquira⁵”, e que

⁵ Juquira – expressão usada por moradores rurais para definir uma pequena porção de mata, que não é fechada ; uma lugar que precisa ser limpa, capinada.

sua família não tinha dinheiro para comprar o que a escola estava pedindo, e que ele tentou roçar mais juquiras para conseguir o dinheiro mais que não havia conseguido.

No período da tarde, quando estava entrando no campus, avistei na frente da minha sala uma senhora que me aguardava, tinha um semblante cansado, os olhos estavam avermelhados, e logo que cheguei próximo à senhora já foi me perguntando se eu era a assistente social. Disse-me que precisava muito falar comigo a respeito do filho dela, que insistia em estudar nesta escola que era para ricos, e eles eram muito pobres, por isso eu enquanto assistente social deveria ajudar ela a convencer o menino a voltar pra casa. Ela me contou que seu filho havia fugido de casa para vir para a escola, fez uma mochila com as melhores roupas dele e conseguiu pegar carona até a cidade.

Felizmente a mãe me encontrou e eu a “convenci” que seu filho tinha todo o direito de estudar nesta instituição. Que para ajudá-los com suas despesas existiam programas assistenciais voltadas aos estudantes, e que com certeza seu filho se encaixaria e conseguiria realizar seu sonho de estudar na nossa instituição. Este aluno em questão concluiu o curso médio integrado em alimentos, com residência estudantil, bolsa alimentação, logo que surgiram os primeiros projetos CNPQ e do IFMT, em tudo ele estava inserido, teve projetos aceitos em congressos e hoje temos a honra de tê-lo como nosso aluno de agronomia. No dia da sua formatura como técnico em alimentos tive o prazer em/de cumprimentar seus pais por ter acreditado no filho e na escola.

Os primeiros atendimentos e até mesmo durante os primeiros meses de funcionamento da escola foram diretamente voltados aos alunos e alunas da residência estudantil. Talvez, pelo fato de estarem fora do convívio familiar, estes alunos precisaram de mais atendimentos, como: encaminhamentos médicos, psicológicos, sendo necessário realizarmos uma parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social para emitir documentos, uma vez que a maioria dos nossos alunos não tinham todos os documentos pessoais.

Os atendimentos aos alunos que não residiam no alojamento primeiramente estavam relacionados à solicitação de ajuda com a alimentação. Fui informada por outros alunos, que uma colega deles trazia uma marmita com farofa para almoçar, e que tinha muita vergonha que os outros a vissem com a marmita por isso sempre se afastava dos demais. Esta aluna residia em outro município, a 30 km de Confresa, estes alunos tem transporte gratuito, que sai de Porto Alegre do Norte às 6h30min e retorna às 17h40min.

A maioria destes alunos que necessitam de atendimento assistencial não procuram por seus direitos. Ao atender alguns deles, me informaram que por vergonha não procuram a Coordenação de Assistência ao Educando. No campus Confresa o profissional em Serviço Social está diretamente ligado a esta Coordenação (CAE).

Não podemos esquecer que a assistência estudantil é uma política social, e surge das necessidades impostas pela sociedade escolar no seu cotidiano, e uma vez identificada a questão social, devemos buscar mecanismos capazes de suprir estas necessidades, promovendo autonomia aos seus cidadãos, neste caso, aos alunos.

O processo educativo vai além do aprendizado cognitivo, consideramos os aspectos social e emocional do desenvolvimento humano, por isso a preocupação em planejar ações capazes de proporcionar e assegurar a este público sua participação no processo de inclusão transformadora.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos

públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, p. 2. 2002)

Por isso a importância em se ter essas diretrizes claras para a elaboração de propostas que dê um suporte nas ações desenvolvidas, que transforme a realidade da sociedade envolvida neste processo de transformação, neste caso, a comunidade estudantil do IFMT Campus Confresa.

2 CAPÍTULO – DESVELANDO O SERVIÇO SOCIAL

2.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS

Historicamente o Brasil vem construindo sua política pública, pautada na garantia de direitos sociais, ou seja, desenvolvendo uma política de assistência social. Neste contexto, buscamos implantar uma política de Assistência Estudantil, voltada para as necessidades humanas presentes no espaço educacional.

O Serviço Social desde a sua gênese, vem buscando ampliar seu espaço sócio ocupacional, na medida em que traz na sua prática profissional a intervenção nas diferentes expressões da questão social. Nesse sentido, de acordo com os diversos contextos políticos, econômicos e históricos, o Serviço Social na escola vem se desenvolvendo imprimindo vários significados e concepções nos âmbitos internacional e nacional.

A profissão de Serviço Social tem se destacado neste processo de conquista de direitos, e tem seu papel fundamental nesta sociedade capitalista em captar o significado social, participando da contraditória produção e reprodução das relações de classes.

A desconstrução/construção do objeto do Serviço Social, nesse contexto, se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo “renovador” (para a época) de mudança do comportamento em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos indivíduos. Assim, pressupunha-se que os profissionais formados nas recém-fundadas Escolas de Serviço Social (a partir de 1936) fossem atuar na mudança de comportamento das famílias e pessoas, para que melhorassem seus comportamentos e suas condições quanto à higiene, à moral e à sua inserção na ordem social. (Faleiros, p. 13, Cortez 2006).

Com o passar dos tempos o serviço social foi se identificando com a classe trabalhadora e definindo seu papel na sociedade brasileira, agregando maior conhecimento de uma política social de direito. Sendo assim, se destacando na construção de um perfil profissional no cenário educacional.

De acordo com estudos realizados até o momento, posso considerar que a Assistência Estudantil se desmembra da Política de Assistência Social, que é legalmente reconhecida como direito social e dever estatal garantido pela Constituição Federal de 1988.

Desta forma, o governo vem buscando corrigir erros cometidos no passado, concedendo o direito ao cidadão, em estado de vulnerabilidade social, de ingressar numa instituição de ensino, assegurando-lhe que este conclua o curso, de maneira digna, atendendo suas necessidades educacionais.

Como Assistente Social de uma Instituição de Ensino, lotada numa escola onde a maioria do seu público são filhos/as de agricultores familiares, busco por meio de políticas públicas, que estes estudantes tenham seus direitos assegurados. Trabalhando de forma preventiva e coletiva, pois, minha ação solitária não é suficiente para abranger todas as demandas.

Constitui parte deste capítulo, com a retrospectiva do movimento à materialização da interlocução de saberes das várias áreas de conhecimento, conforme vertente teórico-metodológica de cada época, com recorte para o Serviço Social no Instituto Federal de Mato Grosso campus Confresa. Para a construção deste capítulo pesquisei a Tese da Profa.

Dra. Maria Jacobina da Cruz Bezerra⁶, que realizou um profundo estudo na parte de serviço social, para desvelar sua crescente participação nas escolas.

Maria Jacobina aponta Fink (1977) como um dos autores que justifica o surgimento do Serviço Social Escolar, que surgiu nos Estados Unidos em 1906 e o enfoca “como gênese do Serviço Social Escolar a verificação das causas que levaram as famílias a não matricularem seus filhos na escola, como também as razões de evasão escolar, falta de aproveitamento da criança e adaptação destas à situação da escola”. (p. 296)

A partir de 1917 o Serviço Social ganha status de cientificidade com as obras “Diagnóstico Social” e “O que é o Caso Social?” cujo pensamento traduz “suas ideias sobre trabalhos com as massas, reforma social, atuação dos voluntários e formação profissional” (VIEIRA, 1984, p. 74/75), configurado pelo paradigma positivista, recém-inaugurado com o processo de industrialização.

Neste sentido, buscava evidenciar aspectos conceituais, a partir de estudo de casos, revelando a intervenção de múltiplos fatores na geração de inaptações ou de problemas pessoais, na medida em que, ancorado na matriz racionalista e vertente funcionalista, atuava na lógica do ajustamento social do indivíduo.

Reportamos que para o positivismo a sociedade era vista com desequilíbrio, e a atuação do profissional voltava-se às disfunções individuais, já não se admitiam discriminações decorrentes de fortuna, classe social, opinião filosófica ou religiosa, raça ou gênero. Porém, que trazia como preocupação remediar as imperfeições sociais que afligiam principalmente as crianças.

Na época, o profissional em Serviço Social deveria realizar um estudo investigativo, capaz de auxiliar as atividades dos profissionais da educação, e visando atender às necessidades daquele aluno, porém, numa visão “protetora” para o ajuste daquela criança ou adolescente na sociedade.

Ao estudar sobre estas questões que influenciaram o serviço social, ou seja, sua introdução nas escolas me recordo do que vem acontecendo no campus na atualidade, parece haver um retrocesso sobre o papel desenvolvido por este profissional, pois, sempre que buscam minha “ajuda”, é para tentar identificar a disfunção daquele adolescente, para podermos corrigir ou transferir o problema para a família.

A presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. Uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995. (CFESS)

A trajetória histórica da assistência estudantil tem sua origem na década de 1930 com os programas de alimentação e moradia universitária. Seu desenvolvimento e ampliação como uma política, porém, só foi efetivada nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), já extinto pela onda de reformas advindas do ideário neoliberal.

⁶ Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso, minha orientadora de TCC no ano de 2008.

À medida que ocorre a transformação do Estado no Brasil, ocorre uma reforma na educação. Com isso acarretando políticas de inclusão sendo necessário a inserção do serviço social na escola.

No ambiente escolar lidamos com diversos tipos de expressões da violência, da intolerância, discriminação religiosa, etnia e de gênero dentre outras questões que fazem parte do cotidiano. Desta forma, a escola se apresenta como espaço de inclusão, debate de ideias, construção e desconstrução da formação cidadã. Sendo assim, ela produz e reproduz a desigualdade social, frente às formas com que são tratadas estas questões.

2.2 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

Ao ingressar na rede de educação, ciência e tecnologia no ano de 2010, como técnica no cargo de Assistente Social, encontrei diversas barreiras para desenvolver assistência estudantil, inicialmente para defender a minha teoria do que deveria ser uma política de assistência estudantil, pautada em políticas públicas, e não em assistencialismo.

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (Cadernos Cedes, p. 31, ano XXI, nº 55, novembro/2001).

Antes de desenvolver minhas atividades como assistente social no Instituto Federal, trabalhei em uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência, no Centro de Referência de Assistência Social na periferia de Cuiabá/MT e por último, antes de ir para a escola, na Previdência Municipal, também em Cuiabá. Sendo assim, no dia da minha posse no referido cargo, solicitei um breve estágio em um campus onde já estivesse uma assistente social desenvolvendo suas atividades, pois, se tratava de uma área nova para mim. Então fui para o campus São Vicente, localizado a 80 km de Cuiabá, às margens de uma BR e a 40 km da cidade mais próxima, porém, com uma estrutura física e pessoal que não deixa a desejar a outros campi antigos, de outros institutos.

No campus São Vicente a Assistente Social realiza seus atendimentos num espaço definido como a sala de atendimento do serviço social. Conta com o apoio de duas assistentes de alunos que são formadas em pedagogia, porém, que acaba ajudando nas atividades do setor; ficam na sala da frente do serviço social e com a colaboração da psicóloga do campus, que não estava ligada diretamente aos estudantes, mais sempre que se fazia necessário estava lá para atender.

Um grande teórico da atualidade, que vem contribuindo muito com o desenvolvimento das atividades do cotidiano escolar desta profissão, é o Bourdier, que postula:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuemos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU: 1998, p. 41)

É importante enquanto educadores, buscar saber sobre a realidade à nossa volta, principalmente quando nossas ações, enquanto profissionais, dependem disto. E saber como a instituição trata essa realidade posta pelos discentes. Ao buscar documentos institucionais que asseguram esse direito ao alunado, infelizmente pude constatar que existem apenas portarias que norteiam nossas ações nos campi.

Em três anos atuando como assistente social do IFMT pude presenciar apenas alguns questionamentos sobre o que pensávamos sobre o que deveria ser a assistência estudantil no campus em que estamos lotados, e nada de concreto neste período foi definido, mantendo nossas ações pautadas por meio de portarias.

Ao buscar em outros Institutos Federais, identifiquei apenas dois com seus conceitos sobre política de assistência estudantil definidos, o Instituto Federal de Santa Catarina, referência em suas políticas e o Instituto Federal da Bahia, este teve sua política definida no ano de 2010, de acordo com informações trocadas pelas assistentes sociais do IFBA.

A nível de IFMT o serviço social nunca foi muito atuante, o campus Cuiabá o mais antigo, que é um campus voltado para a indústria, tem uma assistente social que não trabalha diretamente com assistência estudantil, suas atividades desde quando tomou posse foi voltada ao acompanhamento de servidores, principalmente aos aposentados, isso a mais de 20 anos. Já o segundo a ter uma assistente social foi o campus São Vicente, já mencionado anteriormente, onde a assistente social está diretamente em contato com os discentes, principalmente por ser um campus afastado da cidade.

A partir do ano de 2010, surgiram mais vagas para este profissional, garantindo que todos os campi tenham um assistente social em seu quadro. A partir da inserção destes novos profissionais em serviço social, aumentam as discussões e a busca por definir uma política de assistência estudantil do IFMT.

Atualmente as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nos campi estão sendo basicamente: visitas domiciliares, abordagens grupais, estudos socioeconômicos, encontros com as famílias, articulação com conselhos tutelares e Ministério Público, entre outras. É importante ressaltar que os atendimentos realizados por mim enquanto assistente social do campus Confresa, são feitos na sala da Coordenação de Assistência ao Educando, onde se encontram mais três servidores entre eles o coordenador, além de ser preciso pedir licença a todos para garantir um atendimento sigiloso.

O Serviço Social tem seu projeto ético político pautado na garantia de direitos sociais, respeitando seu usuário e tratando-o de maneira igualitária. Portanto, não medimos esforços para que todos os que necessitam dele sejam atendidos. Estar numa instituição de ensino é um desafio novo a cada dia, buscando construir uma rede com vários outros segmentos.

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer fortalecer uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos [...] Isso significa que não cabe ao órgão gestor estabelecer padronização de rotinas e procedimentos de intervenção, pois o trabalho profissional requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade. (CFESS)

Levamos anos para conquistar este espaço, agora temos que lutar para assegurar a nossa autonomia profissional, destacando que somos profissionais que trabalhamos com políticas públicas, assegurando o direito social e individual. Esta profissão tem especificidades, e merece o devido respeito, pois, trabalhar com assistência social, não é algo que se exemplifica e se expõe, e para que nossas ações sejam positivas, necessitamos da participação e força de vontade do outro.

O profissional assistente social é chamado, então, a atuar nas expressões da questão social, formulando, implementando e viabilizando direitos sociais, por meio das políticas

sociais. Aliada a outros profissionais buscando um entendimento sobre políticas públicas no ambiente escolar, desenvolvendo alternativas para resolver problemas institucionais e sociais.

2.3 O PRIMEIRO CONTATO COM O OBJETO DE ESTUDO

O médico para operar necessita de seus instrumentos cirúrgicos, já nós profissionais que desenvolvemos políticas públicas, buscamos garantir que um direito nato seja assegurado ao cidadão, onde este seja assistido pelo Estado. Porém, quando os mecanismos utilizados por nós não estão ao nosso alcance de forma imediata, temos que buscar alternativas para que estes usuários sejam atendidos em caráter de urgência.

Como mencionado em capítulos anteriores, foram utilizados alguns contatos pessoais/profissionais que acabamos desenvolvendo em sociedade, onde criamos uma espécie de rede de colaboradores para que nossos alunos não passassem por nenhum tipo de constrangimento, agilizando assim seu atendimento, até aguardar um retorno do Estado.

Os entraves burocráticos existentes no setor público dificultam a manutenção e estruturação dos alojamentos femininos e masculinos, é algo que parece ser impossível de superar, pois, são ações em longo prazo e não existem rubricas específicas e nem brechas para conseguirmos estruturar estes. Sendo assim, as estruturas físicas dos alojamentos são precárias, apesar do prédio ter apenas quatro anos de existência, é algo que deve ser garantido em forma de política de assistência estudantil.

Nos hospitais os pacientes são separados de acordo com seu quadro clínico, se um quadro for considerado urgente ele recebe atendimento prioritário, já aqueles que não se enquadram de forma emergencial podem aguardar atendimento. No caso da assistência estudantil, também realizamos uma pré-seleção de acordo com suas necessidades educativas especiais, porém, quando se trata de educação esbarramos na dificuldade legal de definir estes atendimentos, onde diariamente, escuto do setor de compras que não existe “rubrica” para desenvolver estas atividades.

Quando o assunto é Educação, tudo parece esbarrar na legislação, que amarra todas as nossas ações, as leis nem sempre beneficiam aqueles que precisam dela, são atrasadas para nossas necessidades escolares.

Reis (2000) comenta que a Política de Educação guarda relações estreitas com as demais políticas setoriais, tendo em vista que responde, estrategicamente, a aspectos e expressões parciais de fenômenos sociais globais, também possui peculiaridades que a diferencia das outras políticas. Desta forma, é fundamental a articulação com Instituições parceiras, sejam elas do nível municipal, estadual, federal ou não governamental.

Durante todo meu processo de formação profissional nunca imaginei que seria fácil atuar numa profissão tão antagônica, porém, não imaginava encontrar tantos obstáculos durante minha jornada. Primeiro em garantir que os direitos do alunado sejam respeitados, para que isso ocorra o profissional deve ter uma autonomia, desenvolvendo uma política assistencial, e não assistencialista. Neste caso, que os alunos do IFMT Campus Confresa, consigam estudar em uma escola pública de qualidade, de educação técnica e tecnológica, de forma igual aos alunos dos outros campi do IFMT.

Pressupõem, que os servidores aprovados em concurso público, sejam dotados de um pensamento crítico, de uma visão ampla, na perspectiva da totalidade. Sendo assim, quando ingressei na instituição de ensino em março de 2010, logo busquei os documentos de uma política de assistência estudantil dentro do Instituto ao qual estava ingressando,

quando descobri que cada campus desenvolvia a sua política de acordo com sua necessidade.

Mais qual a importância de ter uma política de assistência estudantil instituída? Quando falamos em Assistência Social, sabemos que a Constituição Federal de 1988, garante que o Estado se responsabilize pelo seu cidadão, quando a família não puder fazê-lo. Sendo assim, nenhum cidadão brasileiro ficará desamparado, se ele não puder manter-se o poder público será acionado e este deverá ser atendido de imediato.

A política de assistência estudantil nada mais é que uma política pública, que assegura que os alunos daquela instituição ao qual esta lotada, garanta que este aluno seja atendido de acordo com suas necessidades para que este conclua seu curso da melhor maneira possível. Porém, ela deve ser institucionalizada, para que assim dê credibilidade e acessibilidade de forma isonômica a todos os alunos.

Ingressar numa instituição de ensino é um direito nosso enquanto cidadãos, porém, é dever do Estado por meio da instituição de ensino assegurar que este aluno permaneça no seu curso, com profissionais preparados para orientá-los, assim como toda a comunidade interna e externa.

2.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL OU ASSISTENCIALISMO ESTUDANTIL EM AÇÕES COTIDIANAS?

Todos nós profissionais, temos um limite onde podemos ir, porém, em alguns casos temos que deixar um pouco de lado o profissional e deixar o lado humano nos dominar, devido às necessidades surgidas no momento. Como não se comover com um aluno vindo de um assentamento do INCRA sem seu kit básico de alojamento que é um colchão, roupa de cama, são necessidades que tem que ser atendidas na hora, o aluno não pode dormir no chão.

É neste momento que entra o lado humano, uma vez que, a instituição não pode adquirir algo deste tipo de imediato, e o aluno não havia solicitado este material anteriormente, mas apesar disso, ele necessita ser assistido, é quando busco os contatos da “minha rede”. Infelizmente, quando fazemos isto, corremos o risco de ser taxada como uma má profissional que não cobra de quem deveria e que pratica assistencialismo, deixando de lutar pelo direito dos alunos.

Felizmente, ajo de acordo com minha consciência e entendo que, isto é uma forma de intervenção imediata para solucionar um problema existente, com certeza numa cidade maior recorreria ao Ministério Público, porém, até mesmo este órgão fica em outra cidade, e talvez quando fôssemos atendidos por este, o aluno dormiria no chão várias noites. E para evitar problema em relação a tentar se beneficiar politicamente, o nome dos doadores não são divulgados.

À medida que alunos acompanhados de seus pais/mães chegavam, fui sendo procurada por diversas mães, chefes de família, cuja renda familiar é composta pelo benefício do Governo Federal (Programa Bolsa Família), e comprovei tal realidade a partir das visitas domiciliares, que foram realizadas no decorrer do ano letivo. Famílias em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades, especialmente em manter seus filhos estudando no IFMT Campus Confresa, que buscavam uma alternativa para que seus filhos estudem numa escola diferenciada por ter o curso técnico, e que sabe que o estudo é algo que nunca pode ser tirado de uma pessoa.

Ao questionar sobre a falta de estrutura dos alojamentos fui indagada por alguns colegas se eu conhecia a realidade da região, de que eu já estava querendo brigar por algo

que é a realidade daqueles alunos, ou seja, para que dar conforto a eles se não estavam acostumados com isso. Vejo a escola como um local de produção e reprodução, e devemos enquanto instituição oferecer o melhor para nossos alunos, pois, são cidadãos, e futuros governantes da nação. Se tivermos uma qualidade de vida boa, isso reflete em nossas ações em sociedade.

Com todo aquele choque de realidades, me perguntava o que era mais importante no momento, buscar alternativas para solucionar o problema de forma rápida, ou esperar que a instituição assumisse a responsabilidade esperando os meios legais e institucionais para aquisição dos materiais? Mesmo que isso significasse aguardar um determinado tempo para solucionar o problema?

As ações na área de Assistência social se configuram como prática de assistência, numa perspectiva de política de direito, e não fazê-lo é uma grande falta com estes usuários. A prática de assistencialismo numa perspectiva de reforçar a condição de dependência dos usuários de determinados serviços, que ao meu entendimento não feriu nenhum direito e nem ultrapassei as barreiras para o assistencialismo, uma vez que, as minhas ações foram de maneira emergencial, não criando um vínculo de dependência dos usuários.

É comum as pessoas taxarem a prática emergencial como uma prática assistencialista, contudo, não se deve confundir estas ações. A própria Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) reconhece em seu art. 15º a legitimidade das ações emergências, pois, é preciso suprir necessidades básicas e emergenciais dos usuários.

3 CAPÍTULO - UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMT CAMPUS CONFRESA

3.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Buscando contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial do estudante, e a relevância dele em concluir seus estudos, o Estado assumiu a responsabilidade de dar mecanismos para que este permaneça na instituição, por meio de inclusão social. Cabe a nós educadores fazer com que estes instrumentos de inclusão sejam repassados para aqueles que necessitam.

E quando vivenciamos esta negligência por parte do governo é que nos damos conta de quão desigual é este país. Um país rico em recursos naturais e financeiros, que não sabe aproveitar sua riqueza, e abandona quem mais necessita de atendimento. Sentindo esta necessidade de fazer com que o governo enxergue as dificuldades da região é que tenho o dever de informar das dificuldades que o nosso alunado passa para concluir o tão sonhado curso.

Numa região conhecida como o “Vale dos Esquecidos”, e isso não se dá apenas pelo fato de ser longe dos grandes centros, mais sim, por não haver políticas públicas capazes de atender às necessidades da população, acabando com a desigualdade social que atinge a localidade, onde os direitos básicos começaram a ser garantidos há pouco tempo.

De fato, foi a menos de cinco anos que a região começou a ter saúde, assistência social e educação de qualidade, pois, para possuírem esses direitos tinham que recorrer a outras cidades, fora do Território do Baixo Araguaia, quando não, tinham que buscar recursos no Estado do Tocantins e Goiás.

É neste contexto histórico e contraditório de direitos sociais, que devemos pensar uma maneira de assegurar que nosso alunado ou futuros alunos, tenham acesso a seus direitos. Numa região tão carente é difícil fazer com que o aluno não desista do estudo, para trabalhar, pois, há necessidade dele ajudar a manter a despesas de sua casa.

a) *Entraves burocráticos*

A Constituição Federal de 1988 preconiza como direito de todos e dever do Estado e da família em seu artigo 205, assegurado o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I), sendo este último reforçado através da Lei n.º 9.394, a que instituiu as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), sancionada em 20.12.1996. Porém, quando estamos na base, ou seja, nos campi, esta lei maior de nossa nação não vem sendo respeitada. Pois, em vez de garantir inclusão, estamos selecionando por meio da exclusão social. Não há uma autonomia para se preparar o orçamento da Assistência Estudantil. A diretoria de ensino do campus Confresa, onde a Coordenação de Assistência ao Educando está inserida e todas as ações voltadas para o estudante são pensadas, não condiz com o que é imposto via reitoria.

Um exemplo desta falta de compreensão são as bolsas remuneradas que o campus oferta, o aluno carente deve optar por apenas uma bolsa assistencial ou qualificação. No meu entender uma é por necessidade e a outra é por mérito, e aqui em nosso campus estes alunos carentes financeiramente sempre são selecionados para estas duas modalidades quando estes são aprovados com seus projetos.

b) *Comprometimento Profissional*

O que percebo é a falta de comprometimento de alguns colegas em desenvolver estas ações, para romper esta burocracia imposta pelo sistema. Buscando assim tornar mais acessível estas políticas para aqueles que mais necessitam delas. Eu e alguns colegas compartilhamos a ideia de que os recursos devem ser descentralizados dentro do próprio campus, ou seja, quem está em contato direto com esta realidade, deve participar ativamente destas decisões de quantidades de bolsas remuneradas, quem são os alunos que deveriam ter prioridade e quais as maiores dificuldades dos alunos para buscar distribuir estes recursos. Outro exemplo é a falta de lazer para nossos alunos internos e a dificuldade que encontramos para explicar para auditores que isso é essencial para a formação do nosso alunado, uma vez que, o lazer é algo garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, sendo assim, não estamos ferindo nenhuma legislação.

Buscando compreender estes dois tópicos acima, para assim explicar a Assistência Estudantil no IFMT, digo que nossa instituição tem muito a aprender com seus próprios erros. Enquanto instituição, devemos fomentar discussões abordando esta temática em nossa comunidade, conhecendo suas necessidades, e garantir que seja realizada a inclusão social, diminuindo a evasão escolar, um dos grandes gargalos nas instituições de ensino.

Como não se tem uma política estudantil instituída no IFMT, pois, durante minha pesquisa busquei documentos que norteiam as ações daqueles que desenvolvem a assistência ao educando nos campi e encontrei apenas portarias que regulamentam a forma de como devem ser gastos os recursos, que apesar de serem voltados para manter o estudante durante sua vida acadêmica na instituição, são rasas e falhas estas portarias, burocratizam ainda mais a autonomia do campus, principalmente aquele do interior.

Uma política de assistência estudantil, não deve ser voltada apenas para a questão da renda, mais sim de forma inclusiva, deve ser pedagógica, incluindo toda a comunidade escolar. Como ressaltéi no começo deste capítulo, deve ser voltada para o bem-estar biopsicossocial, que vai além das salas de aulas e dos recursos financeiros, é prepará-lo para o convívio social, estimular sua criatividade e sua capacidade de trabalho em equipe.

3.2 AS AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO CAMPUS CONFRESA

Desde o início das atividades letivas do IFMT Campus Confresa no ano de 2010, a Coordenação de Assistência ao Educando/CAE esteve presente, a princípio como um suporte no atendimento aos discentes e como uma prefeitura do campus, ou seja, responsável por pequenos reparos. As sanções disciplinares também faziam parte das obrigações da CAE, os alunos tinham medo de procurar a coordenação que deveria estar de portas abertas para fazer diversas orientações e assistência a estes.

O primeiro coordenador da CAE era um ex-militar e professor de educação física no campus, seguia uma linha mais dura ao tratar o alunado, achava que deveria punir os alunos que não se adequavam ao sistema da escola, os internos principalmente, deviam ficar o final de semana sem sair caso tivesse infringido alguma norma da escola, além de prestar serviços como capinar e lavar os carros da instituição.

Estas ações do coordenador aconteciam sempre no período em que eu, enquanto assistente social, não me encontrava no campus. Pois, ele achava que eu “passava a mão” na cabeça dos alunos. Logo que tomei ciência das ações deste coordenador, apresentei o

Estatuto da Criança e do Adolescente ao mesmo que preconiza os direitos destes pequenos cidadãos e proíbe qualquer tipo de ações, de punições, parecidas com as que ele utilizava.

Por causa de seus métodos e de várias reclamações de alunos, o coordenador resolveu se afastar, assumindo o cargo um técnico assistente de alunos, o oposto do primeiro coordenador, completamente aberto a conversar com estes alunos, principalmente os internos. Mesmo depois das mudanças na CAE os alunos ainda evitavam passar pela coordenação, preferiam me abordar nos corredores e pátios da instituição para buscar atendimento, foi preciso esperar um bom tempo para que este medo fosse superado por parte dos discentes.

Além do coordenador, dividiam, no meu caso, e ainda divido a sala da coordenação, enquanto assistente social, com mais um assistente de aluno, em agosto de 2010, após este período mais uma assistente de aluno tomou posse e começou a compor a nossa equipe. Infelizmente, todas as vezes que necessito fazer um atendimento, preciso pedir para que meus colegas se retirem da sala, uma vez que, não há um espaço onde eu possa me instalar.

As primeiras ações de assistência foram assegurar que todos os alunos alojados recebessem alimentação, pois, o Restaurante Universitário só foi inaugurado um ano após o início das atividades letivas em 2010, ou seja, em meados de junho de 2011. Diante disto, os alunos foram obrigados a comer de marmitas, e para aqueles que identifiquei estarem em vulnerabilidade econômica, buscamos assegurar que estes se alimentassem sem nenhuma dificuldade ou custos.

A equipe da CAE procurou a direção geral do campus a fim de informar que havia alguns alunos que não tinham como pagar por estas refeições, que foi contratada pelos pais de alunos para fazer a entrega na escola, sendo assim, alguns alunos não contavam com estas despesas, pois, acreditavam que receberiam a refeição da escola, e como não daria para nós elaborar um edital de bolsa alimentação de imediato, sugerimos que garantissem alimentação daqueles cujo nome estava na lista que tínhamos em mão, para depois providenciarmos o edital de bolsa alimentação, onde mais alunos poderiam concorrer.

Apesar de ter alunos contemplados com alojamentos, não foi a equipe da CAE que selecionou estes, e sim um grupo de professores que foram nomeados para realizar esta seleção, e, não sabemos até hoje quais foram os critérios de seleção. Devido à falta de infraestrutura fomos obrigados a improvisar um refeitório para atender nossa comunidade interna durante suas refeições, e o único espaço que suportava a demanda era o almoxarifado, sem muito conforto, porém, era o que tínhamos para o momento.

Atualmente os recursos financeiros da assistência ao educando estão sendo utilizados para garantir as bolsas de monitorias de: alojamento, disciplina, laboratório e restaurante. Alguns passeios com os internos, onde as diárias para os alunos saem deste recurso, assim como apresentações fora do campus. Projetos de extensão e pesquisa, e no ano de 2012 e 2013, foram doados a todos os alunos do campus, três uniformes e um kit escolar contendo:

Tabela 2 Produtos do Kit escolar

Quantidade	Item
01 unidade	Pasta elástica
01 unidade	Prancheta de acrílico
01 unidade	Régua de 50 cm
01 unidade	Caderno capa dura Grande
01 unidade	Caderno capa dura pequena

01 unidade	Lapiseira grafite n. 05
01 caixa	Grafite n. 05
03 unidades	Canetas (sendo cada uma de uma cor: azul, preta e vermelha)
01 caixa	Lápis de cor
01 caixa	Giz de cera
01 unidade	Caneta marca texto
01 unidade	Borracha

No ano de 2012 o orçamento do Campus Confresa para a assistência estudantil foi de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais) no ano de 2013 o recurso aumentou para R\$ 166.965,00, (Cento e sessenta e seis mil e novecentos e sessenta e cinco mil reais) sendo necessária a complementação de mais R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) com recursos do campus para manter todas as bolsas. Já para o ano de 2014 está previsto mais R\$ 610.564,00, (Seiscentos e dez mil e quinhentos e sessenta e quatro mil) assim não será necessário à complementação do campus, de acordo com o planejamento realizado pela Direção Administrativa.

Os recursos da bolsa alimentação não saem da assistência ao educando, saem do próprio campus, não são repassados valores aos bolsistas, mais os isentam de pagar a alimentação. Os valores das bolsas variam entre R\$ 100,00 (Cem Reais) a R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais).

A CAE é a responsável por elaborar os editais de seleção para as bolsas monitoria de alojamento, monitoria de disciplina e monitoria de laboratório, juntamente com os responsáveis por cada setor. Porém, além de se enquadrar no perfil de aluno carente financeiramente ele tem que ser aprovado num teste, isso para identificar se o aluno tem o perfil necessário para aquela área de monitoria, e garantir que estão concorrendo pelo interesse de qualificar-se e não apenas pelo valor da bolsa.

Além de todas estas ações, como estou ligada à CAE, realizo atendimentos individuais aos alunos que são encaminhados por professores ou por demanda espontânea. Quando necessário, realizo visita domiciliar para conhecer um pouco mais a realidade daqueles alunos, assim posso criar alternativas de ajuda.

Quando se faz necessário a intervenção de um psicólogo, providencio encaminhamentos para o Centro de Atendimento Psicossocial/CAPS ou ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social/CREAS, do município de Confresa, pois, no campus não temos um psicólogo, de acordo com reivindicações da direção geral, foi disponibilizado uma vaga para esta área no próximo concurso previstos para técnicos administrativos, previsto ainda para o ano de 2013.

No começo do ano de 2013, devido a várias cobranças e solicitações de ajuda financeira de modo direto ao discente, nos casos de compra de medicamentos, ou custear um exame que não pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde/SUS, a Coordenação de Assistência ao Educando recebeu orientação para solicitar este recurso por meio de um termo de cooperação, sendo assim, asseguramos assistência aos nossos educandos o custeio destas necessidades.

A Coordenação de Assistência ao Educando ainda está se descobrindo enquanto setor de apoio aos estudantes, para que juntos possamos evitar a evasão escolar, sejam quais forem suas necessidades educacionais. Ela está construindo sua missão dentro do campus agora com mais conhecimento das suas atribuições, se aproximando mais do alunado, e de suas famílias e buscando parceria com os demais colegas.

Quando não existia o termo de cooperação, a forma que achamos para não deixar de assistir estes alunos que necessitavam de ajuda financeira, foi utilizarmos o bom e antigo método de “cotinhas”, pedíamos para quem pudesse contribuir que doassem a quantia que desejavam, até chegar o valor pretendido, sem, é claro, informar quem era o aluno, no máximo para qual era o objetivo da ajuda financeira, a fim de preservar a imagem deste.

Uma das nossas lutas no momento é o de garantir que os alunos tenham o direito de acumular bolsas, como no caso dos monitores de alojamento, que são maiores de idade, geralmente estão cursando a graduação e estudam o dia todo, e caso algum aluno passa mal durante a noite eles acompanham, e tem a difícil missão de serem nossos olhos nos alojamentos, e aos finais de semana eles sempre estão no campus. Antes estes monitores recebiam apenas alojamento e isenção na alimentação, a partir de julho de 2013 eles começaram a receber uma bolsa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Dois destes monitores que estão desde o início (2010), tinham um projeto em desenvolvimento, onde recebiam uma bolsa de igual valor da monitoria, porém, tiveram que optar, e como necessitam também de residência estudantil, optaram pela monitoria de alojamento, pois, com apenas o valor da bolsa do projeto não conseguiriam pagar um aluguel e se manter na cidade.

Já os alunos da modalidade PROEJA (educação de jovens e adultos) que estudam no período noturno, quase nem participam das seleções para bolsa, pois, têm essa questão de optar por continuar a receber um valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) para comparecerem na escola, assim eles podem trabalhar durante o dia e vão continuar a receber esta ajuda de custo, ou se arriscam em um projeto de pesquisa ou extensão e se comprometem a trabalhar dentro da instituição, assim não podem assumir outros compromissos caso surjam.

Não que alguns alunos tenham mais direitos que os outros, mais conhecendo bem a realidade de alguns alunos e pela capacidade destes e seus esforços pelo aprendizado, somos favoráveis que estes tenham a possibilidade sim de acumular bolsas, uma por ser carente e outra por mérito.

Trabalhar com pessoas não é uma atividade fácil, e sim uma caixinha de surpresa todos os dias. Apesar de todas as dificuldades é uma satisfação para nós ao ver aqueles que mais nos procuraram formar-se. Foi uma felicidade imensa ao ver as primeiras turmas de técnicos em agropecuária e técnicos em alimentos no dia de suas outorgas de grau, e é para sentirmos essa sensação novamente que estamos sempre tentando desenvolver nosso trabalho da melhor maneira aos nossos alunos.

Neste início de atividades, observou-se que a assistência estudantil foi marcada pela informalidade, marcado tanto pela escassez de recursos, como pela falta de experiência dos profissionais, que foram descobrindo no dia a dia, como se faz uma política social. Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como moradia e alimentação, não vislumbrávamos uma política pública que subsidiaria a vida acadêmica destes alunos.

3.3 PORQUE UMA POLÍTICA SOCIAL?

Cada vez mais as instituições de ensino possuem uma função social, de grande relevância social, tanto nas problemáticas das políticas educacionais quanto das questões familiares, comunitárias e do trabalho. Sendo necessário um olhar diferenciado e ações capazes de atender todas estas novas demandas educacionais impostas pelo cenário em que esta instituição encontra-se inserida, ou seja, infligida pela problemática social.

As situações de vulnerabilidade pessoal e social, oriundas das condições socioeconômicas, são identificadas como causadoras da evasão escolar devido à impossibilidade de permanecer na escola, onde suas condições de custear suas necessidades básicas, impedem de levar adiante seu estudo.

Diante da necessidade de criar mecanismos que garantam a proteção integral prevista nas legislações educacionais bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente é que surge a Política de Assistência Estudantil. Que é uma política pública, ou seja, surge a partir da identificação de uma problemática social, no sentido de garantir que nenhum direito seja violado.

Uma política de assistência estudantil deve orientar as ações que garantem o acesso, a permanência e a conclusão do curso, visando à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, refletindo aumento de desempenho acadêmico e social.

Só é uma política social quando é para quem mais necessita dela, sendo assim, é necessária sua manutenção, pois, a realidade social é dinâmica, e a cada momento surgem novas demandas. Para a implementação e manutenção destas políticas, é necessário uma equipe composta por multiprofissionais, de preferência, aqueles que estão mais próximos do público alvo.

Para a elaboração de uma política estudantil no IFMT Campus Confresa é importante conhecer a realidade da região. Todos os campi do IFMT possuem seu diferencial, alguns mais próximos da realidade dos outros, talvez o campus Confresa seja o mais peculiar em suas necessidades, talvez pela distância geográfica, por ser uma região de muitos projetos de assentamentos do INCRA.

Há uma preocupação quanto à autonomia dos campi ao se construir sua política, uma vez que, todas as ações são de cima para baixo em se tratando de Institutos Federais, e aqueles que recebem estas políticas sofrem, pois, não condiz com sua realidade. Estas políticas são desenvolvidas por profissionais qualificados, porém, alheios à realidade de cada região.

O fato do IFMT, até a atual conjuntura, não ter elaborado sua política de assistência estudantil, trava muito as nossas ações no campus, pois, temos que recorrer à liberação de uma portaria, autorização da procuradoria, algo que regulamenta nossas ações, e isso demanda tempo, e quando solicitamos algum serviço via reitoria no que diz respeito à assistência estudantil refere-se a assuntos urgentes.

Dessa forma, a Coordenação de Assistência ao Educando de cada campus, pode contribuir na efetivação desse direito social para todos, por meio da atuação direta nas unidades de ensino e em propostas e elaborações de diretrizes e normas que determinem as políticas educacionais no País e em seu empenho em conhecer a complexidade do campo educacional.

3.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Como dito anteriormente, a Constituição Federal de 1988, foi o marco na garantia da efetividade de direitos fundamentais, no âmbito da educação, a Constituição preconiza que:

- **Art. 206** – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 - I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- V- Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII- Garantia do padrão da qualidade.

De acordo com nossa Carta Magna, a educação é tratada/vista como um dos elementos responsáveis pela construção de uma sociedade livre e justa. Ao pesquisar sobre Política de Assistência Estudantil, pude visualizar que existe uma Política de Educação, a qual prevê o acesso e permanência daqueles alunos desprovidos financeiramente, principalmente na educação de nível superior. Em nível de Ministério da Educação – MEC consta em sua página eletrônica um Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual estabelece que:

- O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.
- O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.
- Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. Para 2010, a previsão é de que sejam destinados R\$ 304 milhões.⁷

A partir do PNAES e do decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, todos os campi desenvolverão sua política específica, pois, possuem autonomia para criá-las e desenvolvê-las ou mesmo retomar o processo de avaliação, monitoramento e revisão dos programas e projetos, que respondam à necessidade do público atendido e em consonância com os objetivos e finalidades do IFMT. Porém, apesar de ter uma legislação que dá/garante esta autonomia aos campi, não é isso que acontece, todas as ações precisam de autorização prévia da reitoria.

Segundo o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), o ser humano é visto como ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive, para tanto, é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania.

Nessa dimensão, a escola se redefine como o espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política.

Apesar de se ter uma legislação que garante a autonomia dos campi, a nível nacional, isso não é realidade, pelo menos a do nosso campus. Todas as nossas ações

⁷ Acessado no dia 15/11/2011, site:
http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content&view=article

precisam da aprovação da reitoria, deliberando tempo, e dificuldades em relação ao atendimento dos nossos pedidos, que visam unicamente o bem-estar dos nossos alunos.

3.5 INFLUÊNCIA TEÓRICA

Pierre Bourdieu, um grande pensador da nossa época retrata bem esta questão da influência da origem social dos alunos nas desigualdades escolares. Em seus estudos, ele demonstra que existem mecanismos de eliminação dos estudantes das escolas, resultantes de uma seleção, e, no campus onde atuo, vejo muito esta questão de tratar os alunos oriundos de Projetos de Assentamentos como “coitadinhos”, selecionando-os de meninos carentes, sendo que, isso não é uma realidade, eles podem ter uma deficiência cultural em relação aos demais alunos, mais se sobressaem pela capacidade de adaptação inerente ao ser humano, desde que estimulada da maneira correta.

Bourdieu utiliza os conceitos de capital cultural e *habitus* para explicar a reprodução das desigualdades sociais por intermédio da educação escolar. A criança que tem o hábito de ir ao cinema, teatro, museu, viagens, ler a revista que o pai lê tudo isso dá um resultado positivo para o seu desenvolvimento escolar.

Cada família transmite aos seus filhos, mais por via indireta que direta, certo capital cultural e certo ethos – um sistema de valores implícitos e interiorizados, que contribuiu para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultura e à instituição escolar. (BOURDIEU: 1998, p. 41).

Ao trabalhar os textos do referido autor, é impossível parar de fazer associação com os casos já atendidos a partir da inauguração do campus até o momento. As dificuldades apresentadas por alguns alunos, referente ao fato de que quanto menor a escolaridade dos pais, maior a dificuldade de aprendizado dos mesmos. Alguns destes educandos desenvolveram problemas emocionais, e em alguns casos “somatização”. Até a aceitação destes ao atendimento psicológico era menor, pois, tinham a visão de que psicólogo só tratava “louco”.

No primeiro ano de atividades educativas, tivemos uma aluna no alojamento que foi encaminhada trinta e uma vezes ao hospital do município, sendo requisitado para a mesma atendimento psicológico, no entanto, ela foi apenas três vezes e se recusou a continuar com o tratamento, uma vez que, ela acreditava que a causa de seu problema era física e não emocional.

Ao chamar os pais desta aluna e explicar a situação, fui acusada de querer retirar a aluna do alojamento por não ter afinidade com a mesma, alegando que eu não queria mais acompanhá-la ao hospital. Eles não aceitavam que sua filha necessitava de atendimento psicológico e psiquiátrico e pediram para uma amiga que morava em Confresa acompanhar sua filha todas as vezes que fosse encaminhada ao médico, pois, eles residiam no município de Novo Santo Antônio.

Em suas últimas crises na escola o médico exigiu a presença dos pais, que tiveram que retirar a filha as pressas para a cidade de Goiânia/GO, onde a mesma foi diagnosticada com uma doença degenerativa, que tem sua causa provável oriunda de distúrbios psicológicos, informação obtida dos pais, que pouco falaram enquanto retiravam os pertences pessoais da menina que estavam no alojamento.

Porém, a maior influência dos pais na vida destes alunos, sem dúvida alguma, é a da possibilidade de mudar a realidade dos filhos, oferecendo educação de qualidade e a oportunidade de ter uma vida melhor com um diploma de técnico ou de nível superior, de

que as portas se abram com mais facilidade, sem precisarem trabalhar de forma braçal de sol a sol.

Bourdieu expõe três diferentes concepções de capitais: o capital cultural acima retratado, capital social e capital econômico. O capital econômico dá origem às outras formas de capital, o autor deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou em capital cultural.

4 CAPÍTULO - ANÁLISE DE DADOS SÓCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS DO REGIME DE INTERNATO DO CAMPUS CONFRESA

4.1 CONHECENDO O OBJETO DE PESQUISA

A Coleta de dados foi realizada em outubro de 2012, com alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio e alunos do nível superior que residem nos alojamentos da instituição. Neste período, oitenta e cinco alunos entre meninos e meninas residiam nos alojamentos.

Foram utilizados procedimentos qualitativos, por se recorrer ao método histórico para responder aos propósitos da pesquisa que, à luz do referencial teórico, possibilitou a interconexão da história. *“Estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo”* (MINAYO, 2007, p. 57).

A opção de trabalhar com este público se deu pelo contato diário com os alunos dos alojamentos, onde em quase todos os primeiros meses de funcionamento do campus, o atendimento na CAE era exclusivamente para com estes discentes.

Outro método utilizado foi o da aplicação do questionário, sendo, perguntas específicas objetivando traçar um perfil socioeconômico dos alunos que residem nos alojamentos, saber sua origem, ou seja, qual cidade de Mato Grosso ele residia antes de se mudar para o IFMT Campus Confresa.

Além destes dois métodos, utilizei de minhas observações para contribuir com minha análise de dados, pois, sempre que surgia alguma demanda por parte de nosso alunado eu como assistência social sempre fui procurada para contribuir com aquela situação.

Uma das observações feitas foi sobre o grande número de vagas para o alojamento masculino, de acordo com o primeiro diretor geral do campus, este ajudou na criação do mesmo com participação ativa na composição da planta, que me informou que sempre que existiram os cursos na área agrária a demanda sempre foi masculina, e que cuidar de meninos era mais fácil.

O cenário do Campus Confresa é diferente do que se pensava dos alojamentos femininos. As meninas além de solicitarem vagas, ficam até o término do curso nos alojamentos, diferente dos meninos, em que há uma grande rotatividade. Sendo que o número de vagas para os meninos é o dobro do que o das meninas.

O alojamento masculino tem capacidade para setenta e seis vagas, sendo, um quarto para quatro monitores todos maiores de idade, e setenta e duas vagas para os alunos menores de idade. Já os alojamentos femininos contam com quarenta vagas, sendo, um quarto com quatro vagas para as monitoras e as demais trinta e seis vagas para as alunas menores de idade.

Tabela 3 - Alojamentos Femininos e Masculinos

	Quantidade de alunos	Total de vagas
Alojamento Feminino	39	01
Alojamento masculino	46	30

A vaga existente no alojamento feminino era para monitoria, que não foi preenchida. Poucas garotas solicitavam vagas para monitoria, devido às responsabilidades, que exigem delas referente à realização de atividades durante a semana toda, inclusive aos finais de semana. Para ser monitor de alojamento tem que ser maior de 18 anos, e exige-se que estes:

- Os (as) monitores (as) de alojamento deverão: fiscalizar a realização e manutenção da limpeza interna e externa dos alojamentos; Verificar se os discentes cumprem as normas vigentes da Instituição; Assegurar que os horários dedicados ao lazer ocorra sem imprevistos ou qualquer dano ao aluno; Garantir a segurança dos alunos internos dessa Instituição; Zelar pela saúde dos discentes; Participar das atividades de ensino pesquisa e extensão, além de prestar auxílio à Coordenação de Assistência ao Educando;

No ano letivo de 2013, houve um aumento significativo no número de inscritas, o dobro do número de vagas, desta vez, além do alojamento, os monitores tanto masculino quanto feminino passaram a ganhar uma bolsa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Não podemos esquecer que os alojamentos são fatores importantes para uma inclusão social, estes alunos precisam da residência ou se tivessem uma bolsa para ajudar a custear seu aluguel, seria uma solução para diminuir a evasão de alguns deles que a princípio tem seu pedido negado. Uma vez que, estes são menores de idade, e seus pais não possuem condições financeiras para mantê-los na cidade de Confresa, fato este comprovado por documento e visitas *in loco*.

O quadro abaixo apresenta a faixa etária dos nossos internos. São adolescentes, que estão passando por momentos de transformação em suas vidas, saindo de perto dos pais, descobrindo a responsabilidade de cuidarem de si e do outro, pois, há uma cumplicidade muito grande entre estes adolescentes, são realidades muito próximas.

Tabela 4 Faixa etária dos alunos

Idade	Quantidade
14 – 15	24
16 -17	50
18 – 19	05
Acima de 22	03

Este quadro também nos mostra a realidade no campus, onde a maioria do nosso alunado é menor de idade, e em se tratando de menores de dezoito anos há uma lei específica que devemos conhecer e respeitar, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA. Como temos cursos de graduação, onde está a maioria do nosso alunado maior de idade, e devemos ter a preocupação em saber diferenciar este público.

O IFMT delimita seu território de acordo com a macrorregião em que está inserida o campus, para determinar se sua missão de disseminar educação com qualidade está sendo cumprida. Na região do baixo Araguaia não é diferente, é gratificante poder ver que filhos de produtores rurais estão buscando uma qualificação, primeiramente profissional, e, além

disso, eles descobrem a importância da melhoria de qualidade para suas vidas, e de que a educação vai além dos limites da sala de aula.

A tabela 5 apresenta os municípios da macrorregião do Baixo Araguaia, e nos traz uma preocupação, não são todos os municípios que tem um representante na instituição. O IFMT deve investir em pesquisa para tentar descobrir o que acontece com estes alunos, se eles não têm interesse pelos cursos ofertados ou falta de conhecimento sobre o campus.

Tabela 5 Município de origem dos alunos

Município	Quantidade
Alto Boa Vista	09
Bom Jesus do Araguaia	-
Canabrava do Norte	06
Confresa	12
Luciara	01
Novo Santo Antônio	03
Porto Alegre do Norte	01
Querência	-
Ribeirão Cascalheira	-
Santa Cruz do Xingu	03
Santa Terezinha	23
São Félix do Araguaia	12
São José do Xingu	02
Serra Nova Dourada	02
Vila Rica	05
Outros municípios	06

Os alunos de Porto Alegre do Norte, que se localiza a 30 km de Confresa, contam com transporte gratuito ofertado pela prefeitura, sendo assim, mais de 30 alunos vão e voltam todos os dias para sua residência. Um aluno que optou por ficar no alojamento reside na zona rural de Porto Alegre do Norte, 70 km da cidade.

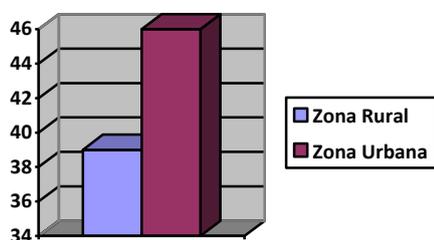
A Figura abaixo retrata um dos momentos de visitas domiciliares, e demonstra uma das dificuldades encontradas para chegar às residências desses alunos, esta foto foi tirada na zona rural de Confresa, a cerca de 60 Km da cidade, em direção ao Assentamento Dona Marta. Por sorte havíamos passado por uma vila que ficava a 5 km de onde o carro atolou, voltei até lá a pé para pedir ajuda e retornei em cima do trator que nos socorreu.



Figura 4. Visita Domiciliar no P.A. Dona Marta em Confresa/MT

No gráfico 1 podemos perceber como a zona rural da região tem mais habitantes do que na zona urbana. Comprovando a necessidade das vagas nos alojamentos e possibilitando uma maior inclusão dos estudantes no campus.

Gráfico 1 identificação de origem urbana ou rural

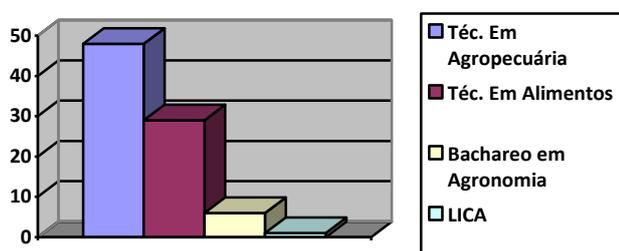


No primeiro capítulo deste trabalho relato sobre a região ter sua origem partindo de programas de reforma agrária, ou seja, sua formação é agrícola, quando falamos que a região é urbana, não é a aquela que conhecemos nos grandes centros, é um urbano rural. Quando realizei visitas domiciliares, para averiguar a necessidade dos solicitantes de alojamento, geralmente na zona rural dos municípios citados na tabela 5 observei que a maioria tirava seu sustento da agricultura familiar.

Das famílias que visitamos quem não sobrevive diretamente da produção da terra (agricultura familiar), eram servidores públicos (professor ou serviços gerais em escolas) ou comerciante (dono de bar ou mercadinhos).

Essa influência da origem do local onde a família residi e a forma de sustento incide diretamente também na escolha do curso que os alunos optavam, tanto no ensino médio quanto no ensino superior. O Gráfico 2 demonstra a procura pelo curso, comprovando o gráfico 1.

Gráfico 2 - Curso escolhido pelos alunos



Como os nossos cursos são voltados para a área agrícola, temos mais alunos no curso de técnico em agropecuária. Porém, diferente dos outros campi do IFMT que tem o curso de técnico em agropecuária, nossos alunos não se viam como tal. Em visita ao campus São Vicente e ao Campus Cáceres, observei que os alunos se vestem como “agricolinos”⁸, usam botinas, calça jeans apertada de preferência, com fivela no cinto, sempre estão com uma camisa xadrez por cima do uniforme e chapéu.

Nossos alunos sempre rejeitaram vestirem-se como “agricolinos”, principalmente nas aulas de campo, não que isso fosse uma obrigação, mais por questões de segurança, são exigidas botina, chapéu e camisa de manga comprida. Sempre enfrentamos problemas, pois, os alunos iam de bermudas, tênis all star que não protege de picadas de cobras e até mesmo da enxada, pois, são realizados experimentos e esta ferramenta é muito utilizada. Já as meninas, sempre usavam rasteirinhas, e os professores não as deixavam participar das atividades por não estarem devidamente protegidas.

Ao atender estes alunos, para orientá-los principalmente sobre a questão de segurança, todos justificavam alegando que não gostavam do curso, faziam pelo fato da escola ter qualidade no ensino, assim, eles conseguiriam passar no ENEM, e após, escolheriam o curso que eles gostariam e sairiam daquele lugar. De acordo com muitos, eles faziam as vontades dos pais, que vivem da terra, já eles queriam apenas uma oportunidade de sair de casa, pois, eles também eram obrigados, pelos pais, a trabalharem nas suas terras.

Isso constitui-se em um grande entrave no campus, afinal não podemos obrigar os nossos alunos a que se identifiquem com algo que eles não gostam, como estamos formando futuros técnicos, e querendo ou não, profissionais, claro, aqueles que terminaram o curso, devemos orientá-los sobre as oportunidades de formação profissional e de conhecimento, pois, todo conhecimento é válido, onde eles têm oportunidade de conhecer outras áreas, de aproveitar as matérias do núcleo comum para realizar o vestibular e sobre as políticas de inclusão em outras universidades.

Desta forma, muitos alunos começam a ver a escola com outros olhos, como a oportunidade de inclusão para realização de sonhos, sendo concluído com a aprovação de muitos alunos que se formaram no curso técnico e foram aprovados em vários outros cursos e universidades.

Além daqueles que continuam conosco no curso de bacharel em agronomia, temos alunos no curso de Ciência da Computação na Universidade Federal do Tocantins/UFT em Palmas, alunos no curso de Engenharia de Alimentos na Universidade Federal de Mato

⁸ Agricolino: termo usado por estudantes que são do curso de agrárias

Grosso/UFMT, no curso de psicologia também na UFMT e no curso de veterinária na Universidade Federal de Goiás/UFMG. O nosso dever enquanto educadores é de incentivar os nossos alunos a seguir sua vida acadêmica, seja onde for melhor para ele, que busquem realizar seus sonhos, e que mesmo com as dificuldades enfrentadas no dia a dia, sempre haverá uma saída, e para buscarem sempre manter contato com um profissional em serviço social, que este poderá orientá-lo melhor, devido à sua formação quanto a políticas públicas.

4.2 A CONSTRUÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO ALOJAMENTO DO IFMT CAMPUS CONFRESA

Como expusemos nos capítulos anteriores, a renda é uma questão de inclusão e exclusão social, que é fator relevante na escolha de permanecer ou não na escola, nossos alunos são carentes financeiramente, nas visitas domiciliares observei a construção de suas casas, que são inacabadas, e muitos ainda vivem com água de poço artesiano, quase sempre no mesmo nível das fossas e dos esgotos, uma vez que, na maioria dos municípios da região não há uma rede pública de saneamento básico.

Dos oitenta e cinco alunos que participaram da aplicação dos questionários, apenas cinco afirmaram e comprovaram por meio de documentos que a renda familiar é superior a dois salários mínimos, os demais alunos comprovaram renda de até um salário mínimo.

Como temos acesso aos documentos dos alunos no ato da solicitação do alojamento, onde todos devem apresentar comprovantes da renda familiar, já havíamos identificado a necessidade de uma política de assistência estudantil que fosse fornecer uma ajuda de custo para que estes alunos se mantivessem com o básico na instituição, uma vez que, os pais não conseguem dinheiro para enviar aos seus filhos, e optam por enviar cestas básicas para que estes não passem por maiores dificuldades.

A Figura 3 especifica a escolaridade dos pais dos nossos alunos, onde podemos perceber que a minoria tem curso superior e a maioria tem apenas o ensino fundamental, talvez por isso, façam um grande esforço para que seus filhos estudem em uma instituição pública de formação técnica e tecnológica, com o intuito de mudar as suas realidades de vida, com vista em maior qualidade.

De acordo com Bourdieu, o capital cultural influencia muito no desenvolvimento escolar dos alunos, ou seja, na influência que os pais têm na vida dos filhos. Apesar desses pais não possuírem um grande capital social, tem a visão de que por meio da educação pode ocorrer uma transformação.

O capital cultural pode existir em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado, e sua acumulação inicial “começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural” (Bourdieu, 1979, p. 76).

Os alunos que declararam que a renda familiar é acima de dois salários, são aqueles que os pais têm nível superior. E falaram que seus pais terminaram o ensino superior quando já tinham filhos. Alguns foram na modalidade à distância, pela Universidade Estadual de Mato Grosso/Unemat na modalidade parcelada.

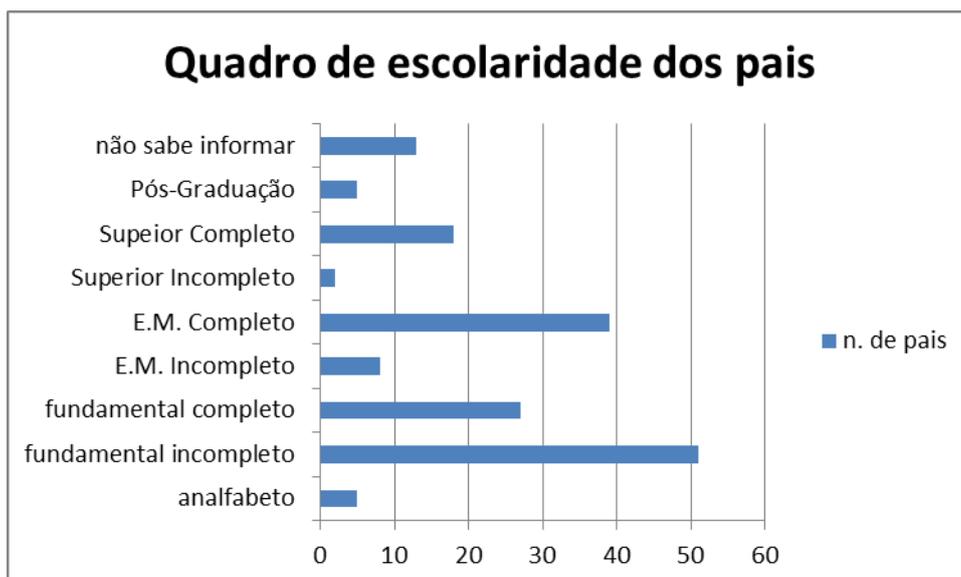


Figura 5 Escolaridade dos pais

Apesar de a maioria dos pais não terem concluído os estudos, eles não querem que seus filhos tenham o mesmo futuro deles. Alguns quando foram deixar seus filhos nos alojamentos, durante as despedidas lembravam aos filhos das dificuldades que eles passavam por precisarem trabalhar de sol a sol na roça, e que essa oportunidade era única na vida deles, que se dependesse daqueles pais, seus filhos não desistiriam nunca e sempre que possível, incentivariam a realização deste sonho.

Bourdieu ressalta que as diferenças culturais entre os alunos das diversas classes sociais seriam menos evidentes nos ramos mais elevados do sistema de ensino. Isso ocorreria porque os alunos das classes médias e populares que chegam a esse nível do sistema de ensino já teriam passado por um processo de “super-seleção”, no qual teriam sobrevivido aqueles que menos se distanciavam da cultura escolar.

Infelizmente, grande parte dos alunos, principalmente do alojamento masculino, desistiram no final do primeiro semestre, por se sentirem pressionados, com o número de matérias que a escola abriga em seu currículo escolar, algo que eles não estavam acostumados. Outros alegaram saudades de casa, muitos pais me procuraram para ajudá-los a orientar o filho das dificuldades, fiz até encaminhamentos para o psicólogo, porém, quando estes alunos estavam determinados a irem embora, não havia como convencê-los em ficar. A melhor alternativa é a de orientá-los a não deixarem seus estudos de lado, e voltarem a estudar em outra escola.

Acredito que por meio desta pesquisa realizada, eu tenha conseguido traçar um perfil socioeconômico de nossos alunos. Que são financeiramente carentes e vivem com o mínimo necessário para sobreviver e, que sua origem é do meio rural.

De acordo com estes fatores necessitamos definir uma Política de Assistência Estudantil, para possibilitar uma vida acadêmica de qualidade, para que concluam o curso e possam continuar com suas vidas quando chegar o momento de saírem da escola, cumprindo uma das metas da instituição de encaminhar este aluno para o mundo do trabalho, e com o nosso objetivo enquanto educadores, de formá-los para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio a escolha por este tema se deu pelo fato de estar passando por “uma crise existencial”, pois, nunca achava as respostas para os meus questionamentos nesta nova fase de minha vida, criada na “cidade grande”, ou seja, numa capital, de repente me vi morando num lugar totalmente diferente do que estava acostumada, com expressões sociais iguais, mais com a diferença de não achar uma saída para essas dificuldades. Na primeira vez em que fui para Confresa, conhecia o projeto que deveria desenvolver mais para este novo projeto esqueceram de me entregar o manual.

O referencial teórico que eu possuía não era capaz de suprir esta angústia, uma vez que, estava dando voltas em círculo, eu não conseguia desenvolver uma assistência estudantil da forma que eu tinha em mente, voltada para atender às necessidades educacionais dos alunos, realizando uma inclusão deste na sociedade acadêmica. Porém, a teoria se alia à prática e durante a construção deste estudo, percebi que primeiramente deveria partir de mim a transformação, buscar ações coletivas e o entendimento/estudo diário das referidas leis sobre o tema estudado.

Uma vez que, a educação tem assumido diversos significados e formatos, além de ser alimentada por princípios filosóficos, sociológicos, ontológicos e epistemológicos que ressaltam a emancipação, a liberdade, o domínio das classes e dos setores oprimidos e excluídos.

Como assistente social de um espaço educacional, tenho a responsabilidade de assegurar que os direitos dos estudantes sejam garantidos, e de estimular seu crescimento, sua criatividade e principalmente assegurar que concluam o curso com qualidade e dignidade humana.

A experiência educativa demonstra que é possível, viabilizar a libertação do oprimido com a contribuição da comunidade que faz diariamente de suas vidas uma luta por uma vida melhor. A violência, a miséria e a falta de oportunidade, tudo isso certamente dificulta a inovação educativa, mas acredita-se que esta só é plenamente realizada quando optar pelo oprimido, pela vítima do sistema social, buscando superar estas situações desumanizadoras.

Além de professores, as escolas precisam de outros profissionais preocupados na luta por uma educação inclusiva com qualidade, que faça da prática educativa a instrumentalização política e científica, destes cidadãos em desenvolvimento e excluídos da sociedade.

Para um maior desenvolvimento da sociedade em que estamos inseridos, é necessário pensarmos no coletivo, e não no individual, nas minhas necessidades enquanto pessoa. Estamos inseridos numa grande comunidade que é o IFMT Campus Confresa, que tem uma grande demanda social na região. Enquanto educadores disseminadores de políticas devemos pensar no desenvolvimento da escola e em seu impacto na região.

Quando pensamos em alojamentos estamos fazendo inclusão, ou seja, garantindo que um aluno que mora na zona rural ou num município afastado do campus, tenha o mesmo direito daquele aluno que mora ao lado do campus, ou numa cidade maior. Fazer política sem olhar a quem, sabendo apenas que aquela ação se refletirá para alguém que está precisando, isso é fazer a nossa parte enquanto profissionais.

É de fundamental importância para uma comunidade em situação de vulnerabilidade social apostar em projetos, que em sua prática cotidiana, respeitem e estimulem o

desenvolvimento global do ser. E estas famílias sabem da importância de um campus para a região, e para suas vidas.

Um mundo justo é aquele no qual todos adquirem a melhor base possível para sua vida futura, com acesso aos direitos com qualidade. É aquele no qual todas as crianças e adolescentes desfrutam de várias oportunidades para desenvolver sua capacidade individual em um meio seguro e propício, aliando o desenvolvimento biopsicossocial e político.

Realizando a política em nosso dia a dia por meio de nossas ações, que nossos alunos serão realmente incluídos socialmente. Nunca podemos esquecer a nossa parte profissional que são alheios as nossas vontades pessoais. As políticas são construções e reconstruções do que é posto por nossa comunidade.

Num cenário tão contraditório do restante do Brasil que conhecemos, onde as pessoas vivem com o mínimo e parecem viver bem e feliz que estamos inseridos, buscando uma mudança regional e não apenas local. Às vezes me pergunto se sou eu que quero algo mais para estas pessoas, se essa busca por condições melhores é o correto, por ver que para eles parece estar tudo bem. Estes alunos quando querem deixar as escolas por se sentirem forçados a uma situação que não os fazem sentirem-se bem, já que eles alegam que seus pais não precisaram passar por aquilo que eles passam e vivem bem.

Bom a cultura indígena é diferente de nós não índios, e temos que respeitá-la. A visão de felicidade para eles é o momento em que eles vivem, não pensam em como será o futuro, essa realidade para mim é nova, esse contato com um novo mundo é algo que estou apreendendo a cada momento, nessa relação de troca de experiência no meu cotidiano enquanto assistente social.

E essa visão de mundos diferentes, realidades diferentes é algo que todos nós estamos apreendendo, devemos buscar alternativas para nossos alunos, porém, vai depender de como ele e sua família percebem sobre educação, se isso é um sonho idealizado pelos alunos ou pelos seus pais, é uma troca de experiência em meu cotidiano, uma via de mão dupla, onde buscamos com nossos erros achar a melhor alternativa de superação.

Se meus joelhos não doessem mais
Diante de um bom motivo
Que me traga fé
Que me traga fé
Se por alguns segundos eu observar
E só observar
A isca e o anzol
Ainda assim estarei pronto pra comemorar
Se eu me tornar menos faminto
E curioso
Curioso
O mar escuro trará o medo
Lado a Lado
Com os corais
Com os corais
Mais coloridos
Valeu a pena
Êh! Êh!
Valeu a pena

Êh! Êh!
Sou pescador de ilusões
Sou pescador de ilusões
Valeu a pena...
(O Rappa- Pescador de Ilusões)

REFERENCIAL TEÓRICO

- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A. & CATANI, Afrânio (Org.) Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Sociologia. ORTIZ, R. (Org.) São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Brandão, Carlo Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. -(Coleção primeiros passos; 20)
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº. 9394 de 20 de Dezembro de 1996.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Governo Federal, 1990.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. In: Coletânea de Leis. CRESS 18ª Região. Sergipe: Cortez, 2004.
- FINK, Arthur E. Serviço social escolar en los Estados Unidos. Buenos Aires, Humanitas, 1977. 109p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU: Limites e Contribuições. Artigo revista Educação e Sociedade. Abril, 2002.
- IFMT. Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI. 2010 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da realidade. AATR-BA, 2002.

ANEXO 01



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO
GROSSO - CAMPUS CONFRESA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(No caso do responsável pelo menor)

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Realizada pela Assistente Social do Campus, para que esta obtenha o título de mestre”**. Nesta pesquisa, pretendo **“traçar o perfil socioeconômico dos alunos em Regime de Internato do Campus Confresa”**.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): **Os estudantes devem responder um questionário, informando a renda familiar, para que possamos conhecer a realidade do alunado, para futuramente ajudar na construção de uma política de assistência estudantil.**

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você, como responsável pelo menor, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. A participação dele é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. O menor não será identificado em nenhuma publicação. Esta pesquisa apresenta **“RISCO MÍNIMO”**. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5(cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, responsável pelo menor _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do menor sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Confresa/MT, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

ANEXO 02



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO
GROSSO - CAMPUS CONFRESA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Realizada pela Assistente Social do Campus, para que esta obtenha o título de mestre”**. Nesta pesquisa, pretendo **“traçar o perfil socioeconômico dos alunos em Regime de Internato do Campus Confresa”**.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): **Os estudantes devem responder um questionário, informando a renda familiar, para que possamos conhecer a realidade do alunado, para futuramente ajudar na construção de uma política de assistência estudantil.**

Para participar desta pesquisa, não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Esta pesquisa apresenta **“RISCO MÍNIMO”**. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5(cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Confresa/MT, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

ANEXO 03



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO
GROSSO - CAMPUS CONFRESA**

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PREZADO (A) ALUNO (A)

ESTE QUESTIONÁRIO TEM COMO OBJETIVO CONHECER OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS QUE CARACTERIZAM OS ALUNOS DO IFMT – CAMPUS CONFRESA. TEM COMO OBJETIVO, APRESENTAR DADOS AO PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, DA MESTRANDA BARBARA ALINE ALMEIDA FARIA.

ATENÇÃO:

As fichas não podem ser identificadas, porém, veracidade das respostas e a devolução deste questionário são necessárias e indispensáveis para o sucesso da pesquisa e conclusão da dissertação de mestrado.

Portanto, por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta!

Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais!

Qual o curso que você está matriculado:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Curso Técnico em Agropecuária | <input type="checkbox"/> Curso Técnico em Alimentos |
| <input type="checkbox"/> Agronomia | <input type="checkbox"/> LICA |
| <input type="checkbox"/> Química | <input type="checkbox"/> PROEJA |

ETAPA 01 - DADOS PESSOAIS:

1- Sexo: () Masculino () Feminino

2- Idade: ____ anos Data de Nascimento: ____/____/____.

3- Nome Completo: _____

Pai: _____

Mãe: _____

4- Endereço atual:

Rua/Avenida: _____ Nº _____ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Complemento: _____

ETAPA 02 –FAMILIA E RENDA

1- Você vem de uma área:

a- () rural b- () urbana c- () rural urbana

2- Seu pai ou responsável desenvolve atividades remunerada? Que tipo e o valor da renda mensal?

3- Seu pai estudou até que série?

4- Sua mãe ou responsável desenvolve atividades remunerada? Que tipo e o valor da renda mensal?

5- Sua mãe estudou até que série?

6- Você ou alguém da sua família recebe algum benefício do governo federal? Qual?

7- Quantas pessoas contribuem com as despesas da sua casa e qual o valor bruto da renda familiar?

